

proposta nº 23

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR



**5.º encontro
latino-americano
de educação popular**

proposta

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS EM
EDUCAÇÃO POPULAR

V ENCONTRO LATINO-AMERICANO
DE EDUCAÇÃO POPULAR

JANEIRO/1984 - Nº 23

Editorial	3
Roteiro	4
Introdução	5
A Crise do Capitalismo e sua expressão na crise urbana na América Latina	9
Cultura e Que-Fazer Ideológico	15
Movimento de Bairros, Partidos e Estado; Movimento de Bairros e Organizações de Educação Popular	22
Teoria e Prática da Educação Popular no Movimento de Bairros	33

PROPOSTA - Publicação de circulação interna da FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
Coordenador Nacional: Jorge Eduardo Saavedra Durão
Coordenador Nacional Adjunto: Jean Pierre Leroy
Secretária de Redação: Ziléa Reznik
Capa e Diagramação: Antonio Rogério Garcia Silveira
Datilografia: Elita Vicente de Paula
Impressão: Luiz Carlos de Souza

*Registro na Divisão de Censura de Diversões
Públicas do DPF - 2.224-P.209/73*

EDITORIAL

Educadores populares de dez países latino-americanos estivemos reunidos por 10 dias, em Lima (Peru), debatendo nossa prática de intervenção junto aos moradores dos bairros - barrios, pue-blos jóvenes, colonias, urbanizaciones populares, favelas mo-cambos - nas nossas cidades.

Éramos quatro brasileiros (de São Paulo, Campinas, Belém e Recife). Para nós, uma experiência de intercâmbio e partilha - intelectual e afetiva, profissional e política - vivida com intensidade rara: refletindo, debatendo, conversando, cantando, dançando. Um resultado imediato: o reconhecimento "quente" de uma identidade continental no pulsar das veias abertas dessa nossa latino-américa. E o reconhecimento de que, hoje, nessa realidade, o campo das práticas que chamamos de Educação Popular é parte integrante desse gigantesco e secular esforço de liberação dos nossos povos.

Ausência física de companheiros da América Central, à exceção de Costa Rica. Presença viva, referência marcante, das lutas/conquistas/dificuldades/esperanças dos povos irmãos de Nicarágua, El Salvador e Guatemala. Outra presença viva e marcante: dos companheiros da CONAMUP (México), da CGPP e FEDEPJUP (Peru) - partilhando, questionando, abrindo pistas e indicando tarefas.

Compromisso de socializar essa experiência: a divulgação dos documentos finais do encontro quer refletir isso. Eles são um produto dessa experiência coletiva de pensar e debater os temas e questões que nossa prática está colocando. Desejamos vivamente que algo dessa experiência possa de fato servir aos companheiros e companheiras que, presentes nas lutas de cada dia, ajudam o trabalho político das classes populares por esse Brasil a fora; aprendendo "nos mesmos lugares e com as mesmas lições que, ao mesmo tempo, ensinam o povo e o educador".

Alvaro Pantoja (FASE-Recife)

V ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO POPULAR SEMINÁRIO-TALLER DE PRODUÇÃO SOBRE PROBLEMÁTICA DE BAIROS NA AMÉRICA LATINA.

ROTEIRO

Texto I - INTRODUÇÃO

1. APRESENTAÇÃO
2. TEMÁRIO
3. PARTICIPANTES
4. ACORDOS FINAIS

Texto II - CRISE DO CAPITALISMO E SUA EXPRESSÃO NA CRISE URBANA, NA AMÉRICA LATINA

1. CRISE DO CAPITALISMO E SEUS EFEITOS GLOBAIS
2. AS MANIFESTAÇÕES DA CRISE DO CAPITALISMO
NA ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES DE BAIROS
3. A POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA E A
CRISE DO CAPITALISMO

Texto III - CULTURA E QUE-FAZER IDEOLÓGICO

1. PRESSUPOSTOS GERAIS
2. A DOMINAÇÃO E SEUS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO IDEOLÓGICA
3. CULTURA POPULAR
4. CULTURA E EDUCAÇÃO POPULAR

Texto IV - MOVIMENTO DE BAIROS E ESTADO, PARTIDOS, IGREJA, ORGANIZAÇÕES DE EDUCAÇÃO POPULAR

1. SITUAÇÃO GERAL DO MOVIMENTO DE BAIROS
2. MOVIMENTO DE BAIROS E ESTADO
3. POTENCIALIDADES DO MOVIMENTO DE BAIROS
4. RELAÇÃO MOVIMENTO DE BAIROS E PARTIDOS POLÍTICOS
5. A IGREJA CATÓLICA E OS MORADORES
6. RELAÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO POPULAR
COM O MOVIMENTO DE BAIROS

Texto V - EDUCAÇÃO POPULAR

INTRODUÇÃO

O Seminário-Taller de Produção sobre Problemática de Bairros na América Latina teve lugar em Huampaní (Lima - PERU), de 06 a 15 de outubro de 1983. A metodologia do trabalho implementada durante a etapa de preparação do evento levou mais de um ano. Nesta etapa, todos os participantes elaboraram as sistematizações de suas respectivas experiências de trabalho. Posteriormente, foram enviados também os "aportes teóricos" que cada grupo elaborou em torno de um dos quatro temas básicos (Crise do Capitalismo, Cultura, Movimento de Bairros, Educação Popular). O CELADEC cumpriu o papel de centralizador e redistribuidor dos textos, a fim de que fossem lidos e trabalhados pelos grupos antes do próprio evento.

Além disso, durante a etapa de preparação foi realizado um pré-seminário do qual participaram os companheiros do México (CONAMUP, equipo Pueblo e coletivo Revueitas) junto com o pessoal do CELADEC - quando foi elaborado o temário que apresentamos a seguir.

Considerando que já se haviam realizado quatro encontros de educadores populares a nível Latino-americano - Consulta Latino-Americana de Documentação e Comunicação Popular (CLADOCOP - Lima - 1979); Encontro Latino-Americano de Educação Popular (ELAEP - Quito - 1980); Taller Latino-Americano de Educação Popular e Educação Cristã (Lima - 1981) e Encontro Latino-Americano de Alfabetização (ELAALF - Bogotá - 1982) - por decisão da plenária o Seminário Taller de Produção sobre Problemática de Bairros na América Latina ficou sendo denominado: V ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO POPULAR.

TEMÁRIO

Tema 1. Recuperação das práticas de Educação Alternativa Popular Vigente nas Experiências de Bairro Sistematizadas.

- Objetivo: estabelecer o marco educativo de referência do movimento de bairros.
- Temas: a) aproximação e conhecimento do movimento de bairro e da problemática da crise urbana latino-americana, através das distintas práticas de educação alternativa popular;
- b) balanço crítico das diferentes práticas educativas presentes nas experiências de bairro sistematizadas.

Tema 2. Crise do Capitalismo e sua expressão na crise urbana, na América Latina

- Objetivos:

- a) reformular as colocações teórico-políticas sobre a compreensão do atual desenvolvimento do capitalismo e seus fenômenos consequentes, como a crise urbana;
- b) caracterizar o movimento de bairros na atual estrutura sócio-econômica das cidades latino-americanas

- ### - Temas:
- a) a cidade capitalista como produto de um sistema de exploração e dominação: relação campo-cidade; característica de estrutura produtiva urbana latino-americana;
 - b) relação bairros populares-classes dominantes: apropriação dos meios de produção da cidade; o Estado e as políticas urbanas.

Tema 3. Cultura e que-fazer Ideológico

- ### - Objetivo:
- reconstruir e potenciar as formas e expressões culturais de nossos povos na perspectiva de um projeto histórico-alternativo.
- ### - Temas:
- a) expressões artístico-culturais, tradições e crenças dos moradores;
 - b) expressões da cultura popular como alternativa à dominação (resistência cultural);
 - c) história do bairro: recuperação da memória coletiva;
 - d) relação entre expressões culturais e construção de projeto histórico-alternativo.

Tema 4. Movimento de Bairros, Partidos e Estado; Movimento de Bairros e Comunidades Cristãs de Base; Movimento de Bairros e Organizações de Educação Popular.

- ### - Objetivo:
- definir as tendências atuais do movimento de bairros na América Latina.
- ### - Temas:
- a) caracterização do movimento de bairros: nível de consciência, formas de luta e organização; formas de consumo coletivo e controle; articulação de formas legais e extra-legais;
 - b) relação e articulação com grupos e entidades de educação popular;
 - c) expressão e dinâmica das comunidades cristãs de base no movimento de bairros;
 - d) relações com o Estado;

- e) relações com organizações e partidos políticos: balanço e perspectivas.

Tema 5. Teoria e Prática da Educação Popular no Movimento de Bairros

- Objetivo: recuperar a produção teórica/metodológica feita a partir do tema 1 até o tema 4, visando a formulação de propostas de educação alternativa popular, conforme as atuais necessidades do movimento de bairros.
- Temas:
 - a) balanço crítico da prática de educação alternativa popular: conteúdos, metodologias e técnicas;
 - b) relação entre cultura popular, educação popular e o sujeito do projeto histórico alternativo;
 - c) a educação popular em relação ao movimento de massas e sua organização;
 - d) papel da educação popular no desenvolvimento de uma política cultural de massas e de quadros.

PARTICIPANTES

Países: México, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela, Costa Rica, Bolívia, Brasil, Argentina e Chile.

Organizações de Bairro

1. CONAMUP (Coordinadora Nacional del Movimiento Urbano Popular - México)
2. CGPP (Confederación General de Pobladores del Peru)
3. FEDEPJUP (Federación de Pueblos Jóvenes de Lima - Peru)

Organizações de Educação Popular

1. Equipo PUEBLO (México D.F.)
2. Equipo EL RINCÓN (Bogotá, Colômbia)
3. PRODESAROLLO (Quito, Equador)
4. Equipo Pastoral de Villa El Salvador (Lima, Peru)
5. TEP - Equipo de Educación Popular de San Martin de Porres (Lima - Peru)
6. CEPROC - Centro de Promoción Comunal (Lima - Peru)
7. Equipo de Educación Popular/Comission de Justicia y Paz - barrio Nueva Tacagua (Caracas, Venezuela)
8. CENAP - Coordinadora Nacional de Acción Pastoral, Equipo de Educación Popular - Comunal (San José, Costa Rica)
9. FASE - Belém (Pará, Brasil)
10. FASE - Recife (Pernambuco, Brasil)
11. CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapi^uentiae (São Paulo, Brasil)

12. Equipe de Assessoria à Assembléia do Povo - Campinas (São Paulo, Brasil)
13. CEBIAE - Centro Boliviano de Investigacion y Acción Educativa (La Paz, Bolívia)
14. SEAP - Servicio a la Acción Popular (Cordoba, Argentina)
15. CEPA - Centro de Educação Popular (Mendoza, Argentina)
16. SUR Profissionais (Santiago, Chile)
17. CELADEC - Comisión Evangélica Latino-Americana de Educación - Oficina Continental (Lima, Peru)

ACORDOS FINAIS.

Os textos que seguem são o produto do trabalho das comissões que, durante o seminário, trabalharam os temas 2,3 e 4 respectivamente. Conforme acordo da plenária em que foi discutido o tema 5 (Educação Popular) - trabalhado pelas três comissões - o texto correspondente é a reprodução literal das intervenções feitas nesse último debate.

Os demais acordos do seminário são os seguintes:

1. Transmitir aos nossos grupos a temática aqui desenvolvida, socializando esta experiência com nossos companheiros.
2. Difundir, através de uma publicação, as sistematizações e os aportes teóricos produzidos como preparação ao seminário. Fica a possibilidade de revisar, reformular ou retirar alguns trabalhos (prazo máximo: 30 de novembro de 83).
3. Publicar na Revista Cultura Popular nº 10 os documentos aqui produzidos. Os companheiros do Brasil se encarregarão da tradução e difusão no seu país.
4. Dar continuidade ao processo iniciado, promovendo e participando de seminários nacionais e regionais que abordem as temáticas aqui desenvolvidas.
5. Canalizar - através da Revista Cultural Popular - as reflexões e sistematizações de experiências do nosso que-fazer educativo, bem como aportes teóricos e metodológicos que façam frutificar nossa tarefa em cada país e a nível latino-americano.
6. Apoiar e facilitar a realização de um encontro latino-americano de entidades coordenadoras (federativas) de pobladores, proposto pela CGPP e CONAMUP.
7. Que cada organização participante deste evento veja como implementar a solidariedade concreta para apoiar os seminários, encontros e eventos de organizações populares de bairro - respondendo à necessidade de materiais e instrumentos que facilitem a realização das tarefas das organizações.
8. Tornar mais efetiva a solidariedade nos casos em que companheiros são violentados em seus direitos humanos.

CRISE DO CAPITALISMO E SUA EXPRESSÃO NA CRISE URBANA NA AMÉRICA LATINA.

CRISE DO CAPITALISMO E SEUS EFEITOS GLOBAIS

A prolongação da crise capitalista está implicando para a América Latina num conjunto de profundas transformações nas diferentes esferas da sociedade. Tais mudanças foram provocando uma redefinição de sua inserção na Ordem Capitalista Mundial e, por seus efeitos antipopulares, significam novos riscos e possibilidades para o projeto histórico do povo. Riscos porque a extrema intensificação dos processos de pauperização e repressão acompanham a rearticulação de projetos tradicionais e novas formas de dominação. Possibilidades, porque o auge do movimento popular e o desenvolvimento de novas formas de luta têm conduzido à situação revolucionária que vivem hoje alguns países da América Central.

Esses processos de reordenação da reprodução do capital, conforme os interesses das burguesias monopolistas e financeiras, estão sendo implementados por Estados Autoritários com uma grande rigidez.

As formas de dominação variam de

país a país, segundo o grau de resposta que as classes populares têm dado à dominação desde a ditadura militar até as aberturas políticas que oferecem um certo espaço para o surgimento de alternativas parlamentares. No entanto, todos têm um signo em comum, o aumento da exploração da força de trabalho e a miséria do povo, num contexto institucional repressivo bastante acentuado. A queda dos preços do petróleo no mercado mundial e a redução das possibilidades de crédito externo de nossas economias dependentes acentuam a crise e motivam escolhas de políticas econômicas para enfrentar a estagflação (processo simultâneo de inflação e recessão). As políticas de desvalorização monetária impostas pelo FMI agravam os problemas de desemprego e subemprego, influenciando particularmente sobre a pequena e média empresa - fonte tradicional de trabalho para uma parcela importante da população.

Tudo isso provoca a multiplicação das formas do subemprego (comércio ambulante, vendedores clandestinos, rezadores, etc. que se incorporam ao conjunto da família).

No âmbito da cultura, a crise forçou o imperialismo a implementar uma nova política de penetração cultural incorporando de forma utilitária as próprias expressões simbólicas da cultura de nossos povos. Isto se manifesta na adoção de planos ou estruturação de projetos de Educação Contínua ou regional, na penetração de seitas religiosas, na utilização dos meios de comunicação para difundir padrões de consumo e de vida, etc. com a finalidade de desmobilizar, dispersar, dividir e despojar o povo da sua identidade nacional e latino-americana.

Apesar desta política de penetração cabe ressaltar a persistência das expressões culturais nativas e o surgimento de outras, a luta pela recuperação pelo povo das expressões que lhe foram roubadas pelas classes dominantes.

A crise provocou a intensificação dos grandes problemas da cidade e o surgimento de novos problemas, o crescimento das cidades - consequência direta das migrações - não foi acompanhado das devidas obras de infraestrutura por parte dos governos que, em conformidade com o modelo econômico vigente, estão reduzindo sempre mais os gastos públicos destinados aos diferentes serviços sociais.

Os níveis de pobreza extrema nas cidades latino-americanas não somente significam falta de moradia, infraestrutura física e serviços mas também de todas as necessidades básicas da população. A subnutrição, a mortalidade materno-infantil, a proliferação de doenças combatíveis através de ações preventivas, o analfabetismo, a evasão escolar, o trabalho dos menores, etc. compõem um quadro alarmante que compromete o futuro do povo latino-americano, ao mesmo tempo, esta situação garante a exploração capitalista nesta parte do mundo: as políticas de abertura possibilitam a apropriação de recursos e o incremento

de utilidades do capital estrangeiro, a especulação, a corrupção administrativa, o contrabando e tráfico de drogas que comprometem o Estado e se traduzem em privilégios e altos níveis de consumo para uma minoria, contrastando com a miséria do povo.

AS MANIFESTAÇÕES DA CRISE DO CAPITALISMO NA ORGANIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES

O acelerado processo de empobrecimento que assola o povo latino-americano provoca diversas formas de respostas, e a procura de uma solução alternativa para sair da situação de dominação em que vive. Neste sentido registra-se a existência de experiências que vão da pura sobrevivência - e que supõe um mínimo de organização - até formas orgânicas de luta que implicam num nível de consciência política mais elevado.

Manifestações de sobrevivência

Estas são respostas que comportam um alto grau de individualismo e espontaneidade na luta pela sobrevivência. Por exemplo, no Brasil, as invasões e saques dos camponeses nortistas aos centros urbanos, em busca de alimentos. Embora isto não implique numa reivindicação ou questionamento de uma dada situação social, podendo converter-se num embrião de outras formas de luta e organização. Constatamos atualmente a existência de várias experiências de sobrevivência por parte de nossos povos que contêm estas características de realização: alimento em troca do trabalho, criação de gado, hortas familiares, cooperativas de compra de alimentos, panela comunitária, etc.

Formas reivindicativas

São aquelas que exigem do Estado a satisfação das necessidades básicas da população, o que implica num tipo de organização estável. Estas formas organizativas, atingindo um maior grau de coesão e implicando na centralização de ação, podem evoluir para formas orgânicas de luta.

O fator importante nestas respostas conjunturais reside na experiência de organização e luta de amplos setores da população que, mesmo sendo de caráter eventual, possibilita uma tomada de consciência da necessidade de organizar-se para exigir do Estado a implementação de políticas sociais coerentes, adequadas às necessidades do povo.

Formas orgânicas de luta

Dentro do contexto geral da crise e das respostas que surgem do movimento popular, existem também formas organizativas mais elaboradas que chegam a lutar contra os interesses das classes dominantes, avançando para a formação de uma nova alternativa popular.

Essa forma orgânica de luta implica no confronto das necessidades do povo com as estratégias de sobrevivência e a luta reivindicativa. Isto supõe a existência de um questionamento da ordem social que permite o surgimento dessas necessidades, a recuperação crítica e a superação das fases organizativas preexistentes, enfrentando como uma meta fundamental a articulação orgânica e a constituição de formas político-organizativas convergindo para a elaboração de um projeto alternativo.

As formas orgânicas de luta são con

sistentes, o que implica na existência de uma clareza política capaz de orientar sua ação, e de uma ampla visão sobre as tarefas a serem realizadas dentro do conjunto do movimento popular.

Desde a década de 70 até hoje, o movimento popular urbano na América Latina oferece um novo panorama para a luta social, tanto no seu aspecto reivindicativo quanto no seu questionamento político da ordem social dominante. Este fator relativamente novo vem ampliar as perspectivas do movimento popular.

Foi assim que surgiu no nosso continente um conjunto de organizações de massa a nível urbano, especialmente nas grandes cidades, incorporando um amplo contingente da população que, a partir de sua prática de organização a nível do bairro, aprendeu a identificar seus erros e acertos (1). Processo de aprendizagem que permite ir entendendo a natureza dos conflitos sociais, a necessidade de transformar as relações de força e definir o inimigo principal. Essa prática social vai assentando a base da construção do projeto alternativo de sociedade que consiga articular o conjunto dos setores populares.

A POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA E A CRISE DO CAPITALISMO

Influência geral da crise sobre a política

A crise que o sistema Capitalista vem atravessando se manifesta também sobre as formas políticas de dominação, sobre a Estrutura do Estado e as formulações político-práticas das organizações partidárias, configurando distintas situações no nosso continente.

O avanço do movimento popular na América Latina, o triunfo da revolução Sandinista, a luta do povo salvadoreño e guatemalteco, os processos de Cuba, Suriname e Granada, estão criando novas condições políticas que tornam evidente o enfraquecimento da dominação imperial. Como foi mencionado numa exposição feita nessa oficina, "a crise de estrutura não pode mais ser solucionada pelas classes ou aliança de classes que detém o poder econômico... visto que a dominação do Estado e dos instrumentos que tradicionalmente têm servido à burguesia antinacional é hoje de pouca utilidade podendo até ser contrário a seus interesses (2).

A alternativa populista não é mais o melhor mecanismo de controle social frente a um Estado que requer cada vez maiores níveis de racionalidade exigidos pela necessidade de acumulação do capital estrangeiro. Nesta perspectiva, a mobilização das massas em torno de suas necessidades básicas constitui um fator de indisciplina social contrário à necessidade do Estado de assegurar o interesse do capital monopolista transnacional.

O chamado "processo de abertura democrática" que iniciou-se em alguns países do continente abriu espaço à implementação de regimes constitucionais. Esses regimes se caracterizam pela manutenção da teoria de segurança nacional dissimulada na forma de democracia liberal, articulando o poder civil e o poder militar num tipo de dominação cuja finalidade é manter o controle do movimento popular. Por isso esses regimes se caracterizam como "democracias relativas" onde coexistem os espaços orgânicos: parlamento, poder judiciário, partidos políticos, sindicatos, organizações populares, liberdade de imprensa, de expressão e organização, junto com a repressão seletiva do movimento popular, o controle dos meios de comunicação, etc. e a atuação das Forças Armadas à margem do Poder Ci-

vil.

A crise chegou a afetar também as ditaduras do Cone sul apesar do alto grau de repressão e da implementação de novos mecanismos de controle social. Atualmente esses tipos de regimes se vêem extravasados pela mobilização popular como consequência do resultado nefasto do modelo neo-liberal. Este demonstrou ser uma forma política e econômica que favorece maiores níveis de concentração da riqueza e a deterioração acelerada do nível de vida do povo.

A crise e o Estado

A crise vem afetando também a própria estrutura do Estado. Este se constitui no instrumento privilegiado para ampliar o capital financeiro internacional e controlar a organização popular.

Por outro lado, o Estado luta contra a organização e participação dos grupos populares, promovendo políticas ditas de participação que na prática revelam-se altamente desmobilizadoras e são formas de manipulação da organização popular, nas quais incentivava-se a participação ao nível da execução dos projetos e nega-se em contrapartida, sistematicamente, a participação na tomada de decisões. Daí, sempre é necessário perguntar-se: participação? Para que? Em que? Como? Existem outros casos em que o movimento popular sofre uma chantagem através de um tratamento diferenciado, privilegiando demagogicamente operários ou de um modo geral, grupos subempregados, na intenção de debilitar a organização popular (3), gerando diferenças odiosas entre vários setores populares que conseguem apenas a redistribuição da pobreza entre si.

Uma organização do Estado neste sentido, na atual conjuntura de crise e

conômica, significa a diminuição do pressuposto para levar adiante políticas sociais que ampliem os serviços e concretizem ações em benefício dos setores populares. Como se destaca no documento produzido pelo Coletivo José Revueltas do México, "... frente aos problemas de financiamento para sustar o gasto público, o Estado impõe a austeridade: corte nos gastos, suspensão de obras, cortes no orçamento, congelamento de alguns pagamentos... a desvalorização trouxe maior miséria, exploração e desemprego para o povo ao mesmo tempo que gratificou a burguesia financeira com elevadas ganâncias".

Na falta de respostas pertinentes, trata-se de desviar a atenção do povo exaltando o "nacionalismo chauvinista", recolocando os problemas de fronteiras existentes entre as nações latino-americanas, o que permite justificar as políticas internas im populares e agregar as FFAA contra os setores populares, ou, em outros casos, por exemplo nos países centro-americanos, achar um pretexto para desencadear a agressão contra países como a Nicaraguá.

Perda de credibilidade dos governos

O desprestígio dos governos por motivo de suas políticas de caráter im popular encontra-se nas camadas populares assim como na classe média e no empresariado médio do País. As camadas populares vêem seu orçamento diminuir rapidamente assim como seu poder aquisitivo em razão da inflação elevada, do arrocho salarial e da escassez de empregos. No caso das classes médias e setor empresarial de médio porte, as medidas econômicas ditadas pelo FMI chegaram a afetar a pequena e média indústria, geralmente de capital nacional, aniquilando a possibilidade de desenvolvimento de uma indústria nacional.

O conjunto dessas circunstâncias provocam o afastamento do povo e parte dos setores médios com o governo. Esta situação é ainda agravada pela imoralidade que transformou os postos políticos em prebendas para rápido e ilícito enriquecimento em todos os níveis administrativos do Estado.

Crise do delineamento e prática política da esquerda

A crise econômica, sua influência sobre a vida do povo e a perda de legitimidade dos governos de revezamento, assim como o crescimento das lutas populares na América Latina, exigem das organizações de esquerda que formulem projetos alternativos capazes de serem levados pelo movimento popular, a exemplo do que está ocorrendo em países como a Nicarágua e Cuba, onde, apesar da crise pode-se observar uma orientação política em benefício do povo. Um dos motivos pela falta de um projeto alternativo é o desencontro com nossas realidades. Outros vêm da falta de discernimento e criatividade para assumir plenamente a especificidade latino-americana como um todo e nos seus aspectos regionais.

Neste sentido, a visão dogmática das estratégias e táticas da esquerda tem sido um empecilho para uma compreensão objetiva da realidade dos setores de povoamento urbano de baixa renda. Não se chegou a elaborar uma conceituação do lugar de moradia capaz de caracterizar o morador não apenas como mero aprendiz da dinâmica da organização operária, mas como o produtor de uma realidade específica a partir da qual ele deve desempenhar um papel na transformação da sociedade. Resultado das lutas nas atuais circunstâncias do nosso continente, tanto os partidos como as organizações populares estão iniciando um

processo de redefinição de sua rela
ção orgânica, bem como das formas e
estilos de trabalho de agremiação e
político partidários nos subúrbios
e favelas.

Crise e perspectivas políticas para os setores urbanos de baixa renda

Na atual conjuntura latino-americana
e no que diz respeito ao movimento
popular urbano, diferentes alternati
vas políticas estão se esboçando:

- Movimentos revolucionários de mas
sas que, tendo alcançado níveis e
laborados de luta possuem a capaci
dade de disputar a hegemonia e po
der na sociedade.
- Submetido a modalidades de manipu
lação e conseqüente desmobilização
o movimento popular pode não conse
guir superar suas dificuldades.
- Repressão: empurrado pela degrada
ção de suas condições de vida, o
movimento popular entra num proces
so de disputas para as quais não
está preparado, assistindo à des
truição de suas organizações e à
liquidação de seus quadros.
- Combinação de manipulação e repres
são: ataques seletivos às vanguar
das e cooptação segmentária de ou
tros setores populares para desar
ticular a organização popular.

Os partidos democrata-cristãos cons
tituem hoje o instrumento mediação
visível da estratégia imperialista,
enquanto que os partidos social-demo
cratas, enfrentando a administração
Reagan, se debatem entre seus funda
mentos reformistas e os interesses
das burguesias européias que eles re
presentam.

Nos países do cone sul onde se avis
ta o fim próximo das ditaduras auto
ritárias está surgindo uma série de
interrogações sobre o processo de
transição. Entre outras coisas cabe
perguntar-se sobre as formas que a
dominação capitalista vai assumindo.
Qual será o papel das FFAA na trans
ferência do poder? O movimento popu
lar que até o momento se constituiu
na base para uma mudança de regime:
qual será sua orientação? São estas
interrogações que pedem uma resposta
embora não seja possível defini-la
hoje com clareza absoluta.

N O T A S:

1) CONAMUP - Coordenadora Nacional
do Movimento Urbano Popular no Mé
xico. CGC - Confederação Geral de Fa
velados do Peru. CONALJUVE - Confede
ração Nacional de Juntas de Vizinhan
ças na Bolívia. UPG - União de Fave
lados do Guayas de Guayaquil, Equa
dor. Comitê do Povo em Quito, Equa
dor. Federação de Agrupamentos Habi
tacionais em Santiago, Chile, Coorde
nação Metropolitana de Favelados de
Santiago, Chile.

2) Experiência da Bolívia - CEBIAE

3) Principalmente para enfraquecer a
organização sindical destaca-se
as condições de maior pobreza dos
subempregados, os moradores de subú
rbios e favelas que não dispõem de
trabalho garantido e nem de garanti
as trabalhistas como forma de fazer
pressão sobre redução do salário re
al e quebrar, ou pelo menos debili
tar a organização sindical e as orga
nizações populares em geral. Em ou
tros casos, privilegiam-se as reinvin
dicações de setores estratégicos da
economia com a finalidade de evitar
sua integração no movimento popular.

CULTURA E QUE-FAZER IDEOLÓGICO

PRESSUPOSTOS GERAIS

- Vivemos em uma sociedade de classes, quer dizer: um tipo de sociedade atravessada ou permeada em todos os seus níveis e espaços pelas relações de dominação (dominantes/dominados). Estas relações ocorrem em um nível básico - o econômico - e se expressam no campo do ideológico-jurídico-político (onde se localizam a cultura e o que-fazer ideológico). Neste campo, as relações de dominação se configuram como relações entre SABER e PODER.

O SABER diz respeito a: conhecimentos, técnicas, ciências, artes.

O PODER expressa determinadas relações de força na sociedade, e diz respeito a espaços, instâncias e mecanismos de controle e decisão.

A criação, reprodução e redistribuição do SABER configura o campo da EDUCAÇÃO, enquanto que a criação, reprodução e partilha do PODER configura o campo da POLÍTICA.

- Estes dois conceitos ou dois campos se relacionam dialeticamente e se cristalizam em instituições: Estado, Partidos, Igrejas, Escolas, Sindicatos, Associações, Família, Meios de Comunicação de Massa, etc.

Estas instituições, em cada formação social e conjuntura concretas é através das práticas que desenvolvem, servem a distintos projetos históricos - na medida em que criam, reproduzem e reforçam relações de dominação ou relações de libertação.

- As instituições e suas práticas têm formas e manifestações tanto nacionais como transnacionais, quer dizer que a dominação imperialista se encarna e se reproduz através de seus próprios produtos culturais ou através da utilização de produtos nacionais, internalizando no povo formas de vida e impondo modelos dominantes. Assim por exemplo, existem projetos tecnocráticos-educativos impulsionados por órgãos e instituições internacionais, articulados com as políticas educativas e culturais dos governos das nações subjugadas.

(*) Este tema foi desenvolvido pela Comissão respectiva, a partir de uma perspectiva teórica estrutural, diferentemente dos temas 2 e 4, cujo trabalho se baseou na análise do período de crise e reestruturação capitalistas e sua expressão em conjunturas concretas.

- As classes hegemônicas fazem sua própria recuperação da história de acordo com seus interesses e tem a capacidade de mediatizar a memória das classes populares, impondo-lhes sua própria leitura. Mas as classes populares, geralmente através da transmissão oral, reconstroem sua história, recuperando as raízes de seu saber-poder. Assim, a cultura popular se transforma no pano de fundo sobre o qual se constrói o projeto histórico alternativo conforme os interesses das classes dominadas.

A DOMINAÇÃO E SEUS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO IDEOLÓGICA

Entendemos por reprodução ideológica da dominação todos os mecanismos tendentes a internalizar, justificar e reproduzir nas classes populares a hegemonia das classes dominantes, para obstaculizar o surgimento de um novo saber-poder inerente ao projeto histórico alternativo.

- A história oficial faz uma leitura do passado que privilegia aquelas conjunturas que justificam o poder das classes dominantes e potenciam seus mecanismos de dominação. O saber transmitido a partir da aprendizagem desta história é um saber passivo e conformista, que impõe certas estruturas de credibilidade (mitos) e leva a um desprezo do que é próprio, impondo necessidades supérfluas. Gera-se uma auto-repressão que empurra as classes populares a rechaçar suas próprias raízes e etnia, a desconfiar de si mesmas e a buscar assemelhar-se às classes dominantes; isto leva a segregações no próprio meio do povo, dividindo-o e desmobilizando-o. O ponto de articulação entre cultura oficial e cultura popular dá-se onde a primeira esvazia seus conteúdos sobre a segunda, articulando-a aos seus mecanismos de dominação ideológica.

- Isto gera uma articulação ambígua e contraditória entre a tradição cultural - quase sempre transmitida oralmente - e a tergiversação que dela fazem as classes dominantes, com os instrumentos e técnicas que têm ao seu alcance. Os MMC (TV, rádio, imprensa, etc.) interferem e rompem a transmissão do saber popular e de sua tradição oral (recolhida em poemas, desafios, canções, contos, ditos, etc.); assim, a presença dos MMC na vida cotidiana das classes populares implementa um tipo de "progresso" que implica na destruição da identidade étnica e cultural dos nossos povos. Foram sendo arrebatados elementos fundamentais da identidade popular - como o direito a pensar e falar em sua própria língua, a desenvolver formas coletivas de vida, mediatizando seus próprios valores e expressões artísticas e culturais. Isto se faz procurando impor um determinado tipo de "sentido comum" - entendido como aqueles valores, sentimentos, reações e comportamentos cotidianos que respondem aos interesses dominantes - utilizando este "sentido comum" como expressão de uma cultura nacional abstrata e sem considerar os interesses de classes antagônicas que pretende representar.
- Simultaneamente opera-se um distanciamento entre a cultura popular e o conjunto dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos acumulados pela humanidade através da sua história, que se tornam propriedade privada dos setores hegemônicos da sociedade. Assim, vai se cristalizando uma espécie de divisão entre uma cultura popular e outra das elites, que vai degenerando as expressões e conteúdos da primeira em subordinação à segunda. Isto vai gerando também uma cultura ambígua e funcional (sincretismo cultural, aculturação,

"cultura emergente") através da qual se procura "subir" tendo como referência as pautas da cultura dominante. Um exemplo é o que acontece em nossos países com as pautas de resistência e adaptação do camponês quando migra para a cidade.

CULTURA POPULAR

Entendemos por CULTURA POPULAR os processos de produção e reprodução simbólica das classes dominadas. Processo este que abarca, contraditoriamente, tanto os aspectos internalizados da cultura dominante como os valores culturais próprios das classes populares, em um constante processo de criação cultural. Assim, achamos que a cultura popular atua como meio de adaptação ao sistema, mas também como prática de resistência à dominação e, inclusive, de criação alternativa.

Resistência

Não é fácil, sem dúvida, deslindar com precisão os polos da contradição entre valores dominantes e valores populares. Uma ampla gama de práticas populares (religiosas, conjugais, educativas, etc.) assumem as formas culturais dominantes. Sem dúvida, o conteúdo destas práticas populares é também de resistência - é uma tentativa de não perder sua identidade ou seus costumes.

Como são práticas combatidas e reprimidas pelo poder hegemônico, elas só se expressam em sua totalidade como práticas clandestinas. Por exemplo: a "challa", na Bolívia. Trata-se da celebração de carnaval nas minas bolivianas. Esta celebração tem duas partes: a primeira é a celebração oficial, presidida pela imagem da virgem e onde participam os padres, a empresa (empregados, gerentes, etc.)

e os trabalhadores; a segunda é o "convite" ou ato ao "tio" (diabo) protetor dos mineiros bolivianos, que é celebrado no "socavón" (fundo da mina) com a participação apenas dos trabalhadores e é presidido pelo "yatiri" (sacerdote indígena). Outros exemplos encontramos nos ritos da "Pacha Mama" (Mãe Terra) na região andina, de "Maria Lionza" na Venezuela, etc.; da mesma forma os cultos afro-brasileiros, cuja origem data da época dos escravos, quando estes não podiam expressar o culto a suas "divindades" aborígenes e buscaram equivalentes nos santos católicos, de tal maneira que as imagens destes santos presidem as celebrações juntamente com as "entidades" próprias - assim, a mesma imagem representa uma dupla identidade.

Existem determinados elementos de resistência latentes, mas cada vez mais agredidos pela cultura dominante internalizada. A RESISTÊNCIA é um conceito muito amplo que pode implicar: reelaboração, insubmissão, rechaço consciente ou inconsciente, etc.

Criação inovadora

A cultura popular desenvolve práticas dinâmicas que recriam, se apropriam e incorporam novos valores e, neste processo, modificam conteúdos anteriores, enriquecendo-os. Tanto nas ações de luta como nas ações de resistência, este processo de recriação da cultura popular se manifesta.

As lutas populares de bairro aparecem como elementos criadores de cultura: recriam idéias, afirmam valores, enriquecem a linguagem, plasmam novas formas organizativas. As atividades chamadas de "lúdicas" (festas, jogos, danças, etc.) expressam também este dinamismo, adquirindo valor no que-fazer ideológico das classes

ses populares.

Religião - Enquanto que na esfera do cotidiano se cede muito terreno à ideologia dominante, na cosmovisão religiosa popular se resiste muito mais. É aí que encontramos um campo qualificado para a resistência, expressa como reapropriação e reelaboração da religião dominante. Por exemplo: enquanto a liturgia católica se expressa em forma prevalentemente abstrata e racional (palavra), a liturgia popular manifesta-se preferentemente com elementos vitais (sangue, dança, música, comida, bebida, sexo). Isto permite uma expressão das forças vitais, com tudo aquilo que a cultura dominante reprime. São estas as práticas culturais populares que manifestam a relação dos homens com a natureza e entre as pessoas, afirmando a unidade entre o material e o espiritual no contexto de uma única história (não existe uma história sagrada e uma história profana separadas). É assim que se tece um fundo de crenças que, ao transcender o cotidiano, encontra o sentido da utopia: satisfação das necessidades reais, chegar a melhorar a situação padecida, chegar a ter pão, felicidade, serem todos irmãos.

Cultura nacional

É neste tecido de práticas culturais que se vai constituindo a cultura popular e nacional: por um lado, como processo de integração de uma nação, por outro, como libertação nacional frente à dominação imperialista. Assim se constrói o sustentáculo ideológico dos projetos de libertação nacional e popular que germinam em nosso continente: Nicarágua, El Salvador, Cuba, Suriname e Granada como ponta avançada, Chile e Argentina, na atual situação particular de enfrentamento com as ditaduras milita-

res, Bolívia e os outros países, com suas características próprias.

Por outro lado é preciso levar em conta como, nos últimos tempos, a consciência latino-americana vem se expressando em nossos povos como a busca de uma identidade continental, insistindo mais nos elementos comuns que unem as classes populares em seu processo de liberação do que naqueles elementos que os diferenciam, muitos dos quais procedem e são manejados a partir das classes dominantes (como, por exemplo, o conceito burguês de Estado e Nação). Neste sentido, é preciso ter presente que a colonização ibérica impôs a nossos povos uma geografia política que não levou em conta os agrupamentos nacionais pré-existentes e que, por consequência, é necessário respeitar - inclusive no interior de cada país - as características próprias das culturas das distintas nacionalidades em sua expressão e recriação.

A burguesia, ainda quando materialmente mantém sua dependência do capital financeiro internacional, reclama-se "nacional" no formal - exaltando o folclórico, as tradições congeladas, as festas e símbolos pátrios, etc. - para assim poder controlar e coesionar o movimento popular em torno de suas propostas políticas imediatas. Isto é especificamente evidente quando a burguesia utiliza os conflitos limítrofes, incentivando-os pela necessidade de se reafirmar frente às mobilizações populares, buscando aglutinar o povo em torno de uma unidade nacional formal.

Estes valores do "nacional" também têm sido tomados em seus aspectos de coerção sobre o movimento popular pelas Forças Armadas, para desenvolver e aplicar a "teoria da segurança nacional" - elemento ideológico de legitimação das ditaduras militares, que continua se projetando nas democracias restringidas, de tal forma

que procura articular o poder civil com o militar, a fim de perpetuar a dominação.

Somente na medida em que as práticas culturais populares recriadas vão se integrando no projeto histórico liberador (projeto político), vai se configurando o mito coletivo que move as massas como vontade política de transformação.

CULTURA E EDUCAÇÃO POPULAR

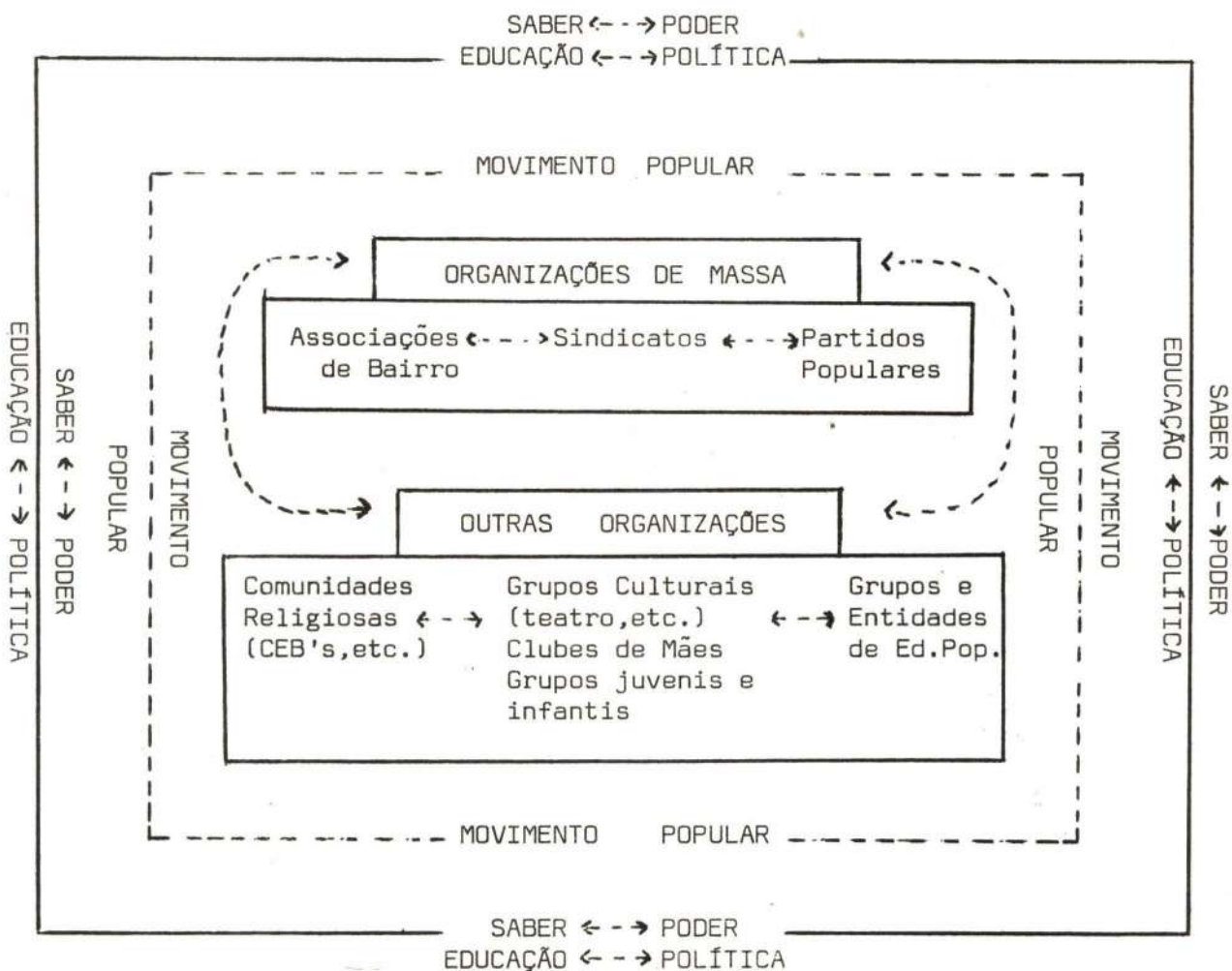
Questionamento

- Aonde nos situamos - nós, educadores populares - como sujeitos históricos e culturais?

tóricos e culturais?

- Que traços culturais reproduzimos e/ou criamos com nossa prática dentro do movimento popular?
- Qual é a nossa produção simbólica: idéias, valores, linguagem, modos de pensar, etc.?
- Como (de que forma, que meios) é mediatizada esta nossa produção/reprodução simbólica?

Pressupostos



- Trata-se de um esquema para análise estrutural das relações no interior do Movimento Popular e deste com as massas; não substitui, por tanto, a correspondente análise conjuntural - a nível local, regional, continental - em cada etapa do processo histórico.
- Este esquema pressupõe uma visão (marco teórico) que aponta para uma abordagem do político e educativo como dimensões - relacionadas dialeticamente - presentes na prática de todas essas formas de organização e nas relações que elas mantêm e desenvolvem:
 - . em seu próprio interior
 - . umas com as outras
 - . cada uma e todas elas com as massas.
- O esquema pressupõe também a presença, nos mesmos espaços em que se movem as classes populares, de organizações criadas e impulsionadas pelas classes dominantes - como são os escritórios de órgãos governamentais, as associações comunitárias paralelas nos bairros, etc. Estas organizações também mantêm e desenvolvem relações com as massas e com as próprias organizações populares.

A dimensão política da prática educativa e a dimensão educativa da prática política

- As organizações que situamos no campo do Movimento Popular - entendido este como o setor organizado (ou orgânico) das classes dominadas - são de distinta natureza. As associações de bairro, os sindicatos e os partidos são entidades de massa, quer dizer: têm como referência de base e se propõem reunir/mobilizar/organizar/representar seja o conjunto dos moradores

de um bairro (associação de bairro), seja o conjunto dos trabalhadores de uma determinada categoria (sindicatos), seja o conjunto dos cidadãos identificados com um determinado projeto político (partido). Existem outros tipos de organização popular, de natureza distinta das entidades de massa: trata-se de organizações como os Clubes de Mães, os Grupos de Jovens ou de Crianças, os Grupos Culturais, os Grupos Religiosos (comunidades cristãs de base, comunidades religiosas de origem indígena ou africana). Aqui se situam também os grupos/centros/entidades de Educação Popular. Além da distinção de natureza, cada uma destas formas de organização tem sua própria especificidade, quer dizer: origina-se e se desenvolve de forma própria e como resposta a necessidades específicas de organização.

As relações que as organizações estabelecem e desenvolvem - em seu próprio interior, umas com as outras, cada uma e todas elas com as massas - configuram práticas políticas (que manejam a questão do PODER) e práticas educativas (que manejam a questão do SABER) dialeticamente relacionadas. Por exemplo: a prática de "formação de quadros" desenvolvidas em todas essas organizações e a prática destes quadros junto às massas.

- Que saber e que poder reproduzem ou reforçam as práticas organizativas?

Por exemplo: o caráter revolucionário de uma determinada política partidária não está no conteúdo expresso no programa do partido, mas nas relações que este cria e/ou reproduz com suas práticas.

- Não podemos deixar de tratar a questão dos "intelectuais orgânicos", quer dizer: aqueles profissionais, técnicos, artistas, dirigentes

tes - sejam de procedência pequeno-burguesa, burguesa ou de extração popular - que se ligam aos processos transformadores do organismo social, na perspectiva dos projetos que se vão tecendo nas lutas das classes populares pela satisfação de suas necessidades e pela consecução de seus interesses históricos.

Estes intelectuais, com sua produção em todos os níveis e campos da atividade social, recolhem, expressam, sintetizam e devolvem ao povo elementos fundamentais da sua cultura. E, na medida em que o povo se reconhece neles, passa a integrar essa produção em sua própria vivência cultural.

MOVIMENTO DE BAIRROS, PARTIDOS E ESTADO; MOVIMENTO DE BAIRROS E ORGANIZAÇÕES DE EDUCAÇÃO POPULAR

A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MORADORES SUBURBANOS E FAVELADOS

A crise que se vive hoje nas formas de acumulação sobre as quais está assentada a dominação capitalista no nosso continente, se manifesta nos bairros e cidades na constante e histórica ausência de soluções aos problemas principais e necessidades básicas dos moradores suburbanos. O déficit habitacional, a ausência ou deficiência contínua na prestação dos serviços básicos: água, luz, transporte, educação e saúde - para citar alguns - tem provocado o surgimento de movimentos de moradores, entendidos como movimentos ativos de contestação popular, conscientes de que a solução de seus problemas e satisfação de suas necessidades dependem do nível da sua união, organização e luta.

Os moradores e a crise

Os movimentos de moradores se articulam em função das contradições oriun-

das do desenvolvimento urbano capitalista. O perfil dos diversos setores sociais que convergem nas cidades caracteriza-se pelos desníveis no consumo de bens e serviços necessários à reprodução da força de trabalho, e à participação na tomada de decisões e uma vida cotidiana miserável.

Essa diferenciação é o reflexo da política das classes dominantes que, por intermédio do Estado procuram implementar uma política urbana condizente com seus interesses gerais em prejuízo dos setores populares urbanos.

Hoje, como resultado da crise, a margem de manobra de que dispõem os setores dominantes para atender às necessidades da população está se estreitando cada vez mais. Isto resulta numa crescente deterioração das já difíceis condições de reprodução da vida e da capacidade de trabalho dos setores populares.

Na medida em que se trata de uma crise no padrão de acumulação implementado na última década, a superação da crise não se fará a curto prazo.

Pode prever-se que haverá um período de manutenção desta situação de deterioração das condições de vida. Neste sentido, as manifestações de descontentamento a nível urbano tenderão a crescer no nosso Continente. De algum modo podemos falar de um período que se inicia, o que nos força a refletir dentro de uma perspectiva e não apenas dentro de critérios de conjuntura.

A mencionada deterioração vai repercutir em alguns níveis principais:

- Nas condições materiais: alimentação, habitação, saúde, transporte, etc. Este é o problema da sobrevivência.
- Condições ideológico-culturais: autoritarismo cultural e deterioração da cultura popular.
- Condições políticas: repressão, coação, entraves à organização, o que dificulta a elaboração de propostas e alternativas populares.

Para enfrentar esta situação, os moradores urbanos procuraram formas de organização e reivindicação: trabalho comunitário, formas solidárias de organização, pressão contra o Estado. Podemos então definir o movimento popular urbano como o esforço coletivo e organizado da população pobre na tentativa de solucionar a seu favor as contradições engendradas pelo desenvolvimento urbano capitalista.

No campo econômico e dentro do quadro da crise do capitalismo, dificilmente se encontrarão soluções favoráveis à causa da população pobre. Diante da escassez de recursos para resolver a situação da população urbana marginalizada, esta permanecerá num estado de miséria permanente ou melhor dos casos, não conseguirá melhorar de vida. Por outro lado, as tentativas de auto-solução ou auto-subsistência nos setores urbanos mostram sérias limitações do ponto de vista da sua eficiência. O que

precede leva a pensar que em muitos casos, ante a impossibilidade de resolver materialmente o problema, a deterioração contínua das condições de vida tenderá a engendrar situações de crise política.

Movimento de moradores urbanos e Estado

O anteriormente exposto mostra que o Estado se constituirá no ponto central das ações, reivindicações e pressão dos setores populares urbanos. No entanto, a escassez de recursos privará o Estado das manobras de coação populista. É nesse sentido que o Estado será obrigado a experimentar respostas principalmente políticas visando a desarticulação do movimento popular urbano. As respostas deverão variar, indo da deslegitimação até a repressão; passando por proposta de soluções parciais, para o leilismo organizativo e outras mais.

A prospectiva das possíveis respostas levanta um problema de fundo. A realidade latino-americana apresenta características próprias que devem ser identificadas para não cairmos na armadilha da esquematização. Uma tentativa de caracterização do desenvolvimento dos setores populares urbanos traz à tona 3 possíveis contextos: os processos de libertação, regimes militares e democracias relativas. As situações consolidadas (México, Costa Rica, Venezuela, etc.); e os processos recentemente constituídos (Peru, Bolívia, Equador).

Os países que estão lutando pela sua libertação, sobretudo na América Central, demonstram um alto nível de desenvolvimento onde combinam-se as mais diversas formas de organização e acumulação de forças. Nestes casos, o nível de desenvolvimento expressa-se desde as formas de organização por setores até a própria tomada de

poder pelo povo. Isto revela a existência de uma relação entre as lutas urbanas e os processos políticos mais abrangentes pelos quais passam essas sociedades.

As democracias restritas (Bolívia, Peru, Equador), nascidas nos processos de abertura impostos às ditaduras militares, revelam uma ampla mobilização dos setores populares em torno de suas reivindicações e uma crescente dificuldade de resposta de parte dos Governos. Nestes casos, o problema que se coloca é o de saber de que maneira os setores populares estarão conseguindo capitalizar o processo de democratização a seu favor. Ali podemos detectar diversas limitações, particularmente as limitações que dizem respeito à combinação das formas institucionais de luta com as mobilizações populares.

Os regimes militares do Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, vivem hoje situações de crise que os levaram a colocar a questão da transição. Em geral tratam-se de processos de abertura dirigidos ou controlados pelas classes dominantes. Nestes casos, o movimento popular enfrenta sérias dificuldades, como resultado de anos de desarticulação. As ações defensivas estão confrontadas hoje ao desafio de evoluir para formas mais ativas, marcando a presença dos setores populares no plano nacional.

Finalmente existe um grupo de democracias restritas caracterizado por seu alto grau de estabilidade. Nelas, o movimento popular como um todo e mais especialmente o movimento popular urbano, demonstra uma fraqueza bastante acentuada, combinada com uma maior capacidade de resposta material de parte dos Governos que conseguem assim abafar o impacto da crise.

Se fosse possível extrair pontos em comum destes casos, seria no tocante ao movimento popular:

- a) fraqueza das propostas alternativas oriundas dos setores populares;
- b) predomínio, nas organizações populares urbanas, da luta pela sobrevivência, o que vem limitar sua contribuição na elaboração de propostas globais.

Na medida em que a crise econômica tende a evoluir para conflitos de tipo político, esta insuficiência constituiu-se numa das principais limitações do movimento popular na América Latina.

Potencialidade dos movimentos de bairros populares

Os movimentos populares a partir do local da moradia formam parte de uma estratégia de acumulação de forças a nível político e social. Essa acumulação só se tornará possível quando sua coordenação interna evoluir em conjunto com a de outros setores sociais a nível regional e nacional. Por outro lado, é indispensável continuar articular ações nos níveis da subsistência, vida cotidiana e política. Enfim, o desenvolvimento da tomada de consciência no sentido de uma vinculação a objetivos e processos mais gerais poderia abrir espaço para a colocação de questões tais como:

- Influência real na definição e implantação da política urbana.
- Presença política dentro das instituições responsáveis pela planificação e execução da política urbana, como reflexo de uma relação de forças favorável ao movimento popular urbano.
- Manutenção da mobilização popular em torno da permanência da organização, da promoção da livre participação e democracia dentro do movimento.

vimento e o acionamento de mecanismos e processos que possibilitem a recuperação das lutas, a comunicação e os espaços de encontros das diversas experiências.

O avanço anteriormente exposto será possibilitado com a superação de algumas limitações do trabalho que vem sendo desenvolvido até agora. Númeras experiências de trabalho com a população urbana pobre ficaram reduzidas aos aspectos de adaptação. Ou seja, experiências que procuram paliar as consequências da crise sem assumir desafios mais abrangentes almejando a superação das causas do problema. Embora a adaptação constitua o ponto de partida de muitos trabalhos, não é possível permanecer neste nível de ação sem correr o risco de fazer o jogo dos mecanismos de dominação. Neste sentido podemos ressaltar alguns critérios que devem ser observados no trabalho de bairro.

- As reivindicações devem ser enxergadas dentro de uma visão mais ampla, como sendo vinculadas ao desenvolvimento de um novo projeto e de uma estratégia política, procurando integrar diversas formas de reivindicação, trabalho de educação popular e proposta política.

- 1) Colocar as reivindicações começando pelo mais simples e indo até o mais complexo: botequim popular, centros de saúde, controle da população sobre estes, por exemplo. Desta forma se está vinculando o parcial ao conjunto do sistema;

- 2) A reivindicação como mecanismo de agitação que permite a formação e captação de quadros para o movimento popular urbano e outras organizações;

- 3) A reivindicação como processo que permite a auto-investigação e a aquisição de conhecimentos por parte dos moradores, desenhando

volvendo sua consciência crítica;

- 4) As reivindicações como processo de criação de fatos políticos capazes de interferirem na conjuntura nacional.

- Nenhum desses critérios vale por si só. Deve existir uma relação entre eles. Promover a formação e auto-formação dos participantes ativos do movimento popular de moradores contribui para que se estabeleça a diferença entre o esforço individual e o esforço coletivo, e a tomada de consciência das perspectivas do movimento.

- As minorias mais dinâmicas e conscientes que geralmente dirigem estes movimentos devem promover a democracia interna, a discussão ampla e aberta dos problemas da organização e dos moradores.

- Finalmente, cabe notar que as organizações de bairro devem traçar objetivos a longo prazo e ser capazes de identificar os diferentes níveis de articulação da organização e da ação. Para tanto é necessário incentivar organizações que apresentem objetivos múltiplos, que não absolutizem as questões mas que integrem áreas de trabalho onde seja promovida a libertação integral da população pobre da cidade.

FORMAS DE LUTA E ORGANIZAÇÃO

Como podemos ver, as formas de organização de luta predominantes hoje nos diversos grupos de moradores pobres na América Latina obedecem à urgência de satisfazer necessidades vitais, entre as quais se destacam: moradia, alimentação, vestimenta, serviços, equipamento, educação, saúde, lazer, etc.

Na maioria dos casos, a primeira tentativa é realizar em forma espontânea

nea, devido sobretudo ao nível de deterioração das condições de vida e ao atraso da educação, de cada um desses setores que compõem o movimento de bairros. Posteriormente e de acordo com a experiência inicial, é que vão sendo descobertas as possibilidades de alcançar resultados positivos (totais ou parciais). Isto se dá em função das respostas que o Estado oferece como paliativo às implicações da crise na vida dos moradores.

O plano reivindicativo vem sendo abordado de maneira desigual nos diversos países. Alguns o entendem como uma "exigência feita ao Estado para recuperar ou adquirir um direito", outros como uma segunda etapa da luta, vinculando a reivindicação exclusivamente a melhorias econômicas.

As diversas categorias e a amplitude da luta estão relacionadas às demandas mas também à conjuntura política e econômica nacional. A grosso modo podemos destacar que, sendo a sobrevivência um traço comum a todos os países latino-americanos, em regime de ditadura militar, a luta adquire formas adaptativas, em regime de transição, o movimento registra vitórias parciais e consegue participar dos aparelhos institucionais. Nos regimes de democracia restrita consolidada, as lutas são mais dispersas predominando a desmobilização.

As formas de organização variam muito na América Latina. É difícil estabelecer um tipo único de atuação e organização já que estes devem respender às diversas realidades latino-americanas. De toda maneira, a vinculação dos processos organizativos aos processos educativos permite o desenvolvimento de organizações que avançam no nível da tomada de consciência dos moradores. Neste sentido, as ações empreendidas trazem um novo aprendizado que deve ser siste-

matizado no seio da organização através do processo educativo. Esta é uma maneira de combater as tendências caudilhistas e o aproveitamento pessoal bem como alguma tendência à desmobilização.

Relação movimento de bairros e partidos políticos

Não é necessário dizer que a relação entre o movimento de bairros e os partidos políticos é complexa. De um lado, temos o nível de prática histórica dos partidos, que pode ser criticado, e de outro, um certo nível de "dever ser" nada histórico. Encontrar o ponto de fusão parece difícil.

A questão de que trataremos aqui é a da relação movimento/partidos, ou seja, tomando em conta os dois enfoques, sem negar nenhum dos dois. Em outras palavras, o que queremos é problematizar esta relação mais do que ditar regras a respeito.

Nosso ponto de partida é o movimento.

Na medida em que concebemos que o projeto de construção de uma nova sociiedade é um projeto de ampla participação das massas no poder, este conceito deve estar presente desde o início do movimento.

O trabalho de transformação do povo em geral e dos moradores pobres em particular em sujeito histórico não é uma simples tarefa que se dê a partir do "assalto ao poder". Daí a importância da existência de um processo de relação entre as bases e os partidos políticos, num movimento de ir e vir capaz de vincular as lutas concretas a uma estratégia mais complexa de luta pelo poder e pela constituição de uma sociedade melhor. Neste sentido a construção do movimento popular constitui-se numa tarefa política de primeira importância.

Devemos partir do fato que existem vários partidos e tendências no setor da habitação popular e limitações para a ação partidária nos bairros. Vamos focalizar a questão da construção do movimento. A grande maioria dos destacamentos políticos não se propõem incentivar a capacidade de criação histórica dos moradores. Só que, quando não existe o propósito de trabalhar para o desenvolvimento dos moradores enquanto sujeitos, cai-se em atitudes manipuladoras.

São desta natureza as práticas de clientelismo onde a política é vista pelos moradores como um meio de conseguir regalias. O eleitoralismo, quando a população só se mobiliza nos períodos eleitorais, deixando de lado a ação política contínua. Existe enfim uma espécie de divórcio entre a ação política na base e a ação política no Parlamento: o que é chamado de ação política, em muitos casos é percebida pelos moradores - e às vezes até mesmo pelos políticos - como sendo a ação dentro do Parlamento.

As limitações dos partidos na sua prática dentro do movimento popular de bairros vem de um dogmatismo que, enquanto lida com esquemas, não dá conta da realidade latino-americana mas expressa tão somente a ausência de conhecimento e de uma análise da formação social de cada situação concreta.

Na falta de uma orientação específica para atuar no movimento popular em seus diversos momentos de luta e a partir de seus interesses, isto se transforma numa prática de doutrinarismo e não numa tentativa de adaptar o esquema à organização.

Não levando em consideração as mediações, os partidos acabam se substituindo à organização, assumindo uma representação formal sem o respaldo de uma base social. Considera-se então a organização como um mero apêndice

do partido, estipulando que o trabalho no setor consiste apenas no recrutamento de quadros e não no que se entender por trabalho político, esquecendo as reivindicações concretas da população dos bairros populares.

Este tipo de atuação leva também a uma atitude sectária entre os partidos e consequentes lutas internas que acabam sendo transferidas às organizações de bairro.

Considerando que não existe apenas um partido e que a base é multipartidária, conviria formar uma direção representativa de todos os setores para não isolar-se do povo.

Isto permitiria a conclusão de alianças políticas mais duradouras, elaboradas a partir das organizações de bairros, com objetivos concretos e abrindo espaços para a luta ideológica e de unidade adequados ao processo de formação do movimento.

Desta forma, as propostas dos partidos políticos no que diz respeito à atuação nas diversas conjunturas provariam sua eficácia na prática.

Isto vai compondo um quadro de fraqueza quanto à linha de massas dos partidos populares que desenvolvem processos de libertação. A questão é séria pois ela pode conduzir à reprodução de mecanismos de dominação em vez de abrir para práticas libertadoras.

No fundo acontece que ainda está prevalecendo uma leitura da realidade a partir de esquemas pré-estabelecidos. Quando se parte do pressuposto que os atores são definidos, baseando-se numa pseudo-análise científica da realidade, resta apenas aos partidos o papel de por esses atores em movimento. Mas a realidade não se ajusta sempre aos esquemas, a história das lutas do setor popular urbano mostra que elas são muito mais ricas e diversificadas do que simples condutas revolucionárias e contra revolucionárias segundo a posição de

classe. Existem por exemplo elementos culturais ou regionais que influem na conformação da identidade de grupo, mais do que a pura situação econômica. O que podemos observar é que os Partidos oscilam entre a aplicação de seus esquemas e um pragmatismo beirando muitas vezes o oportunismo.

Os partidos populares evoluem geralmente entre dois polos: a abstração ou a tecnocracia. Ambas orientações compõem a tensão básica entre os momentos teóricos e empíricos da prática política. Por um lado faz-se abstração das condições concretas para expor apenas as questões gerais. É o caso das lutas de reivindicação que são vistas como confrontos ao sistema. Por outro lado, existe uma tendência a reduzir a questão da mudança da sociedade a um problema concreto, fazendo da prática política um agregado de tarefas administrativas, o que por sinal, faz o jogo da dominação. Ambas tendências desmerecem a importância dos elementos mediadores existentes entre as lutas concretas e a transformação da sociedade.

A educação popular não pode ser encaixada como substituto da ação política. Da mesma forma, os educadores não formam um partido político, embora muitas vezes eles tenham achado no seu trabalho de educação uma alternativa para sua militância partidária. Além ou aquém das críticas que possam merecer os partidos, cabe reconhecer que eles trazem visão global e um desejo de transformação que não pode estar presente na educação popular como tal. Com isso, não se trata de desqualificar a função política que a educação popular desempenha para a construção do movimento popular, sendo difícil que este movimento possa colocar a resolução dos problemas globais da sociedade.

Nossa experiência histórica evidencia a adesão do movimento popular ur-

bano a diversos partidos assim como a presença de várias organizações políticas. Varia igualmente o tipo de relações travadas com os moradores. Esta é uma realidade que não pode ser escamoteada e deve estar presente em qualquer elaboração que se faça sobre a questão do movimento popular urbano.

Mas tudo não se restringe à construção do movimento. A função social e histórica das organizações políticas é imprescindível. É possível conceber uma sociedade na qual não se desenvolva a função política.

A questão que vamos abordar agora é a da participação dos movimentos sociais, enquanto movimentos, na função política. Ou seja, diversos setores sociais propõem diversos projetos sociais que se confrontam e procuram impô-los à sociedade. Neste sentido existe uma luta para o poder que permitirá a concretização de um projeto específico de sociedade, o qual delimita um determinado campo de ação: a política entendida como luta para a tomada do poder. Aí vem à tona um problema não solucionado, o eterno problema de saber se os movimentos sociais devem participar do exercício do poder ou simplesmente controlar aqueles que estão no poder. Em outras palavras, a questão é de saber se é possível separar a gestão do poder e seu controle, e até onde isto é necessário. Aparentemente é esta a questão de fundo na discussão sobre a autonomia.

Enfim fica em aberto outra questão: a do poder popular. Para uns a expressão política dos movimentos sociais constitui o próprio poder popular. Pode-se pensar legitimamente em diferenciar capacidade de pressão e poder. Em muitos casos, os movimentos atingem altos níveis de pressão sobre as Autoridades, e com isso, conseguem definir situações em seu favor. No entanto, nestes casos, as regras de representação ou geração do

poder permanecem inalteradas. A pressão faz parte do nível de distribuição do poder e não de sua geração. Neste sentido a capacidade de pressionar faria parte do processo de acumulação de forças e não constituiria o poder popular em si.

Uma questão relacionada ao poder é a delimitação do campo específico do político. Quando se trabalha a partir do conceito de que o poder não está concentrado no Estado mas está distribuído na sociedade em seu conjunto, a luta pelo poder engloba então os mais variados campos de atuação: a família, a escola, o bairro, o lazer, a vida pessoal, etc. Quando a ação é orientada pelo conceito mais restrito de poder político, neste caso, a questão do poder popular coloca-se a nível das formas de organização do poder que aparecem como alternativas ao poder do Estado.

No outro caso, o poder estaria constituído por todas as organizações e ações populares que possuam algum nível de autonomia.

Estas questões ficam em aberto para discussão.

A IGREJA CATÓLICA E OS BAIRROS POPULARES

Não se pode negar que a Igreja Católica tenha se tornado um importante fator de poder na América Latina. Por outro lado, a conjuntura latino-americana apresenta uma sociedade caracterizada por tensões sociais produzidas pela crise do sistema com vários níveis de confronto dos setores populares com o Estado. Fato comum tanto às ditaduras repressivas como aos regimes democráticos restritos. A Igreja, neste sentido, vê-se atravessada pelos conflitos e tensões da sociedade latino-americana. Nesta conjuntura, a Igreja tem utilizado seu poder sobretudo na legitimação e reprodução do modelo de socie-

dade imposto pelas classes dominantes. Nas épocas de maior tensão, como acontece nos regimes de transição para sair de regimes autoritários em busca de formas democráticas, ela assumiu um papel de mediadora, procurando conciliar e evitar rupturas entre o Estado e a Sociedade Civil. Em momentos de maior repressão, a Igreja serviu de cobertura, abrindo espaço em seu interior para trabalhos que permitiram que o povo continuasse a refletir e organizar-se.

Nas diversas conjunturas da América Latina, as comunidades de base são a expressão de um modelo de Igreja popular.

Este modelo não logrou vincular-se harmoniosamente à Igreja institucional. Estas duas dimensões são objetos de tensões que impedem a ocupação de espaços dentro da própria estrutura eclesial. Apesar dessas dificuldades, as CEBs continuam a abrir campo no meio popular.

As CEBs, na sua interligação com as organizações populares, desempenham um papel fundamental de apoio, mas elas devem estar atentas para não ocupar o lugar do próprio movimento popular e nem controlá-lo. Sua relação com o movimento tem seus limites, nem sempre fica claramente definido até onde vai a autonomia de um ou da outra. A falta de clareza entre ambos gera conflitos que se revelam sobretudo na relação entre os militantes das CEBs e outros militantes do movimento popular. Existe uma tendência a considerar os movimentos populares como extensão das CEBs onde muitas vezes eles nasceram.

Esta realidade pode provir de uma visão dicotomizada entre fé e política.

As CEBs potencializam o conteúdo evangelizador no seu maior sentido, assumindo uma prática politizadora como consequência de sua opção pelos pobres.

RELAÇÃO ENTRE CENTROS E GRUPOS DE EDUCAÇÃO POPULAR E O MOVIMENTO DE BAIROS POPULARES

Ponto de partida

Para falar dos centros e grupos de educação popular é importante identificar as diversas formas de organização e estruturação dos agentes do processo educativo. Sendo impossível detalhar aqui todos os diversos processos, vamos ressaltar apenas os aspectos que nos parecem fundamentais para o bom entendimento da relação que vai se tecendo entre os organismos de educação popular e os movimentos de bairro.

São eles:

- origem e motivação inicial dos centros de educação popular;
- composição dos CEPs em relação à origem social e especialização técnico-profissional de seus membros;
- amplitude, cobertura e estrutura orgânica dos projetos propostos;
- formas de manutenção e auto-manutenção econômica.

Caracterização dos centros de educação popular

Levando em conta os aspectos já destacados, podemos observar 5 modelos básicos de constituição e consolidação dos CEPs na América Latina. Modelos que vão condicionar tanto o nível como o tipo de ligação dos CEPs com o movimento popular

- CEPs que nascem e se mantêm com o apoio financeiro de Agências, geralmente européias. Nestes centros trabalham em maioria técnicos e

profissionais das classes médias.

- Grupos de educação popular que se formam a partir da ação voluntária de seus membros e representam baixos níveis de organicidade. Estes grupos enfrentam geralmente sérias dificuldades financeiras. Sua composição social é variada, com membros da classe média ou mesmo com membros das classes populares exclusivamente.
- Grupos que agem a partir da linha do movimento de bairros e progredem a partir de experiências muito específicas e pontuais até práticas de maior envergadura regional e nacional. Os membros desses grupos provêm do movimento de bairros.
- Grupos criados em função dos partidos políticos como tentativa de unificar de modo mais direto práticas educativas e organizações políticas. As características da prática educativa destes grupos estará condicionada pelas rupturas que os Partidos terão feito quando considerarem a educação do povo não mais como uma simples doutrinação mas sim como um processo de conversão do povo em sujeito histórico e político.
- Observamos finalmente que nesses últimos anos foram se constituindo CEPs que, mesmo usando de técnicas e metodologias de participação, conseguiram eliminar o conteúdo libertador destas e a conceituação teórica que as fundamenta, para utilizá-las a serviço do projeto de dominação. Promovidos por instituições internacionais, esses centros conseguem até o respaldo de alguns governos latino-americanos desenvolvendo projetos de alfabetização, saúde, construção da casa em mútuo, etc.

Relação dos centros e grupos de educação popular com o movimento de bairros

Se consideramos que o objetivo dos CEPs (com exceção das do tipo e), é a implantação de ações e práticas educativas para o desenvolvimento da capacidade crítica e transformadora dos sujeitos que participam dos movimentos de bairros populares, podemos afirmar que a relação que se estabelece entre os CEPs e os movimentos deve desenvolver-se nos níveis de organização e de ação próprios a estes movimentos. Ou seja: a luta pela sobrevivência e o acesso a melhores condições de vida, a luta contra a dominação político-ideológica e cultural e a criação de projetos alternativos.

É preciso esclarecer que nesses níveis de ação existe uma participação diferenciada entre os educadores populares enquanto agentes externos e os moradores enquanto agentes internos e geradores naturais do movimento.

O caráter de exterioridade do educador popular em relação ao movimento não chega a constituir um problema em si. Pelo contrário, é uma realidade que deve ser aprofundada e entendida como possível e necessária no atual processo histórico do surgimento dos movimentos de bairros. Estamos fazendo essa afirmação, considerando que os educadores populares possuem uma série de instrumentos teóricos, metodológicos e técnicos que estão por enquanto fora do alcance e controle dos movimentos e organizações. Por outro lado, os educadores possuem uma reflexão e uma linha de ação próprias, resultado do exercício de sua profissão ou especialidade.

Levando em conta o que acaba de ser exposto, queremos ressaltar outro as

pecto da relação CEPs/movimentos de bairros. Apesar da profundidade da relação que pode estabelecer-se, os educadores populares não devem nunca confundir-se com o movimento, e muito menos assumir sua direção. Em alguns casos concretos, já houve militantes que integraram a direção dos movimentos. Isto se deu por ter existido uma profunda identificação com a razão de ser do movimento, reconhecida pelos moradores. Ou seja, estes militantes chegaram a tornar-se dirigentes pela sua qualidade de moradores e não enquanto educadores populares.

O simples fato de não confundir-se com o movimento nem assumir sua direção não significa necessariamente que a ação dos grupos e dos educadores seja correta. É importante mostrar isto porque a relação CEPs/movimentos de bairros deve ser vista sob dois aspectos fundamentais que ajudam a diferenciar os centros que, apesar de reivindicarem a prática da educação popular, reproduzem em seus projetos e programas educativos, práticas próprias ao sistema de dominação. Esses aspectos são:

O saber-poder

Os conhecimentos teóricos, metodológicos e técnicos que os CEPs possuem os colocam numa situação de poder em relação aos movimentos de bairros. Isto se dá na medida em que na nossa sociedade o saber, e sobretudo o saber acumulado pelas classes dominantes, é poder. De fato, apesar das práticas educativas com metodologia e técnicas de participação, podemos estar presenciando uma renovação das práticas de dominação onde a manipulação se dê de maneira muito sutil e ilusoriamente "horizontal". Isto nos obriga a constatar que não basta transmitir conhecimentos e que tanto os movimentos como as organizações devem imperativamente apropriar-se

do instrumental educativo que está hoje nas mãos dos CEPs. Por outro lado, além da apropriação do instrumental educativo, o que se almeja é que os próprios moradores detenham o processo de produção dos instrumentos e técnicas educativas. Tal constatação parte do reconhecimento de que as classes populares não são desprovidas de saber e que os CEPs devem contribuir para que se reapropriem e recriem todos os conhecimentos a partir do saber popular e verificar se os CEPs estão trabalhando para perpetuar-se ou para fortalecer a independência e autonomia dos movimentos.

Transitoriedade dos CEPs

Os CEPs devem avaliar a necessidade real de sua presença junto aos movimentos populares, com o objetivo de sempre redefinir suas ações em função da evolução dos movimentos. Embora o debate sobre esta questão esteja apenas iniciando, devemos manter a perspectiva da transitoriedade dos CEPs. Isto significa que uma questão fundamental para o desenvolvimento da prática educativa consiste na pre-

ocupação real para que os movimentos e suas organizações se apropriem do conjunto do processo que justifica o trabalho dos CEPs, que possam inclusive ter acesso direto aos canais de financiamento existentes, única maneira de poder conseguir recursos próprios, técnicos e materiais.

Finalmente, no que diz respeito à ação partidária dos membros dos CEPs, nosso ponto de vista é que o problema não consiste na militância política dos membros dos CEPs. Esta militância se tornará problema se, no desenvolver das práticas educativas, a lógica que abre alternativas para a educação popular for substituída pela doutrinação política e se ela chegar a impedir um amplo debate sobre as diversas correntes político-partidárias em consequência da adesão a um determinado partido.

Em todo caso, o projeto político existe sempre, seja de forma explícita ou não. O importante é mostrar que mesmo em se tratando, ou não, de um militante, o trabalho de educar o povo deve seguir a orientação dos elementos já expostos.

TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO MOVIMENTO DE BAIRROS

Um rico debate desenvolveu-se em torno do tema da "Teoria e Prática da educação popular no Movimento de Bairros" entre os participantes do Seminário "Taller" de Produção sobre a Problemática de Bairros na América Latina. Por decisão unânime dos presentes resolveu-se publicá-lo na íntegra, reproduzindo fielmente a gravação dos debates e retirando apenas as repetições e formas coloquiais próprias de uma versão oral mas que não cabem na versão escrita.

Roxana: Na Comissão recolhemos as proposições elaboradas em torno do tema 3: "a cultura e o fazer ideológico", considerando que o objetivo da Educação Popular é a criação, re-criação e difusão de um novo saber.

Neste sentido deve abrir espaços de expressão e reelaboração do saber popular. Sua ambiguidade é evidente porque contém de forma contraditória traços da ideologia dominante interiorizada e da cultura própria, transmitida durante séculos como elementos de resistência. O saber popular é dominado, sobretudo, pelo fato de

que foi impedido historicamente de expressar-se, desenvolver-se e criar seus espaços e canais próprios; os espaços existentes são clandestinos. Somente as práticas de educação popular que conseguirem alcançar este objetivo poderão desenvolver com coerência outra dimensão, ou seja, abrir espaços para uma interação de saberes. Os educadores detêm é claro, um saber diferente do saber popular. Em ambos os tipos de saber existem elementos, informações, conhecimentos técnicos, ciências aproveitáveis para o processo de criação de um novo saber coerente com um projeto histórico alternativo. Mas, ao mesmo tempo, é verdade que ambos precisam ser decantados dos elementos da ideologia dominante que eles contêm. Portanto, essa interação deve-se dar num contexto de relações horizontais para alcançar o objetivo da educação popular.

Por outro lado, quando falamos da necessidade de criar espaços para a expressão e reelaboração do saber popular, no sentido de questionar a tarefa do educador popular, fazemos uma pergunta a nós mesmos: os espaços

que abrimos através de nossa prática cotidiana possibilita a expressão e reelaboração do saber popular?

Muitos de nós já alfabetizamos. Este seria um meio para que as pessoas possam recolher não somente um saber (o aprendizado da leitura e escrita) mas consigam expressar suas inquietudes, críticas, lutas e interesses e para que, em forma coletiva, possam tomar suas decisões, desenvolvendo sua própria discussão. É ali que se conquistam os espaços próprios. Portanto, os educadores devem estar atentos às possibilidades que eles mesmos criam. Porque muitas vezes abrimos espaços que não sabemos utilizar. Por exemplo, ao abordar um tema gerador, não levamos em conta as distintas concepções nossas e dos grupos populares, a respeito de um mesmo tema.

Outro espaço é o dos meios audiovisuais, que até pouco tempo eram considerados tarefa exclusiva dos técnicos, e através dos quais o povo pode recolher e elaborar conteúdos que expressam seus interesses próprios. Atualmente, eles mesmos podem elaborar não somente o roteiro, como agora se dão conta de que também podem produzir a fase técnica. Daí, o papel do técnico consistirá em fornecer os elementos de base para a realização de audiovisuais para que os grupos populares os utilizem como meios de expressão. Porque, se nós elaboramos o audiovisual sozinhos, passamos nossos valores no que diz respeito à cor, música e significado que podem, ou não, possuir o mesmo sentido para ambos. Por isso nosso trabalho é colocar tudo a serviço do povo.

Em outro caso, o teatro popular sai às ruas e as pessoas sentem resgate das suas lutas, seus valores e interesses, através da expressão simbólica. Muitas vezes isto funciona como catarse terapêutica para poder continuar lutando, já que os meios de comunicação de massa produzem sentimen-

tos de repressão e individualismo e não deixam aflorar suas manifestações; em contraposição, elas se mantêm numa rede de comunicação espontânea, clandestina, de tipo oral que permite afirmar-se como forma de resistência e reinterpretação. Será então tão necessário considerar que papel desempenham os meios de comunicação popular nas lutas de nível político. Elaborar uma intervenção de saberes que leve à democratização do saber considerado como livre expressão autônoma e criativa e que saiba aproveitar, ao mesmo tempo, as especializações e a recuperação do conceito burguês de democracia. Pois a democratização do saber há de levar a uma democratização do poder para a recuperação histórica do povo.

Cesar: Acho necessário definir melhor e concretizar a implicação política da educação popular. Quando se coloca que ela se inscreve num projeto alternativo de mudança, me parece que deveríamos precisar em que nível. Pelo menos, na Instituição onde trabalhamos, a educação popular possui uma referência política bem definida: é uma educação de classe e isto delimita para nós a diferença com outros tipos de educação existentes no setor, inclusive o das várias "educações populares" que vêm surgindo em nossos meios. Esta é uma colocação que não vejo no documento.

Juan C.: Isto não consta no documento, mas ele está relacionado com o ponto abordado em nosso documento anterior quando falamos da relação poder/saber. Aqui falamos da criação de um novo poder colocado, justamente, a partir da perspectiva dos interesses históricos das classes exploradas: portanto não é necessário mencioná-lo explicitamente.

Leandro: Vou tentar sistematizar os pontos tratados na comissão 4 - foram basicamente dois - assim como as questões que as comissões dei-

xaram em aberto.

Na discussão foram avaliados os avanços da educação popular que foram demonstrados neste seminário. Resumindo, são eles: divulgar a reflexão e a prática da educação popular no meio dos movimentos e organizações da América Latina. Da mesma forma, a riqueza de experiência alcançada nos movimentos de bairros pelo surgimento de Centros de Educação Popular.

Mas esta expansão e difusão nos colocam diante de algumas limitações que devemos superar. Uma delas é a questão da "atomização" das experiências de educação popular, ou seja, que estas não se restrinjam a práticas locais, atomizadas, mas que, enquanto formas geradoras de recuperação de conhecimentos, ampliem seu raio de ação, por exemplo, numa Universidade Popular.

Outra limitação é a que se refere à possibilidade de que a educação popular não termine no momento da revolução mas que a transcenda, porque ela deve participar de um projeto de libertação nacional e acompanhar os trabalhadores, posteriormente, no nível da conscientização.

Vejo também como limitação o fato de nós não conseguirmos passar aos movimentos os instrumentos que lhes permitam realizar sua própria sistematização, para que estes não se tornem dependentes e adquiram a capacidade de reaver sua própria história. Numa palavra: acabar com a dependência.

Pensei também que a prática da educação popular está sendo avaliada por nós, mas, cuidado! É preciso considerar que a educação popular não pode resgatar as diferenças de classe, as diferenças de origem. Afirmar o contrário seria negar tudo o que produzimos até agora, já que propomos uma relação orgânica, dialógica, mas as diferenças subsistem. Devemos então considerar que a prática dos educadores populares deverá também ser a

validada pelos movimentos de moradores.

Além disso, algumas experiências mostram que a unidade pode ser garantida pelo método da educação popular, refletindo sobre a realidade dos moradores. A racionalidade do método educativo pode garantir essa unidade. Existem experiências onde indivíduos de várias instituições com projetos políticos diferentes puderam, num dado momento, refletir sobre suas práticas educativas, apesar da diferença de seus projetos políticos. Somente reforçando esse processo de unidade é que se poderá construir a racionalidade do processo educativo.

Um processo de libertação significa também romper com o processo burguês de construção do pensamento, do conhecimento: o método positivista de conhecimento da realidade.

Portanto, mesmo existindo diferentes projetos políticos pode haver um ponto comum de encontro e discussão sobre como romper com esse estilo de pensamento.

Uma outra questão levantada diz respeito ao papel da educação e à formação de uma política de quadros, uma política cultural de massas. Ficou claro que ambas podem constituir duas linhas de educação popular, mas este tema, assim como outros, não foi desenvolvido.

Outro tema abordado foi o da capacidade de crítica dos grupos de educação popular. Ou seja, que esses grupos possam enxergar que atrás de uma proposta está um partido político, ou consequências conjunturais sobre o processo de libertação, para dar um exemplo.

Algo que não foi suficientemente discutido é como encarar a prática partidária nos Centros; como deveríamos trabalhar este assunto. O que é a educação popular feita por partidos ou por pessoas que possuem uma opção

partidária muito clara.

José Maria: Na comissão, observamos que quando falamos de educação popular nos limitamos aos grupos ou organizações de educação popular. Mas se deixa sempre em aberto a interrogação sobre se os partidos, os movimentos sociais, os sindicatos podem trabalhar com as organizações que fazem educação popular, mas com uma política de frente e multipartidária. Ou se esses movimentos sociais e partidos realizam processos formativos e de capacitação, utilizando uma metodologia de educação popular. Essa nova realidade se observa na América Latina; a educação popular, em seus aspectos teóricos, metodológicos e técnicos vem sendo assumida, realizada, dentro e a partir dos partidos progressistas, movimentos sociais e sindicatos. Não é algo muito generalizado mas é uma realidade que se começa a constatar com certa frequência.

Outro aspecto necessário de resgatar é que a educação como bandeira de luta reivindicativa e política do fim do século passado e do século atual até os anos 50, mas principalmente por volta dos anos 30, é a educação formal que o sistema dá, que seja para todos e portanto gratuita, sabendo que o acesso à educação formal está vedado às grandes maiorias (os milhões de analfabetos confirmam essa realidade). Esta bandeira se propunha então a reivindicação do direito à apropriação dos conhecimentos brindados pelas classes hegemônicas, com a finalidade de transformar estes conhecimentos através das práticas sociais das classes subalternas. Parte destas classes são domesticadas; a partir desta apropriação, acelera-se a incorporação de grandes setores às lutas sociais, levantando projetos históricos alternativos que representam os interesses de sua classe. Nas primeiras décadas deste século, apareceram grandes pensadores

do movimento popular.

A reivindicação da educação popular atual possui uma diferença qualitativa em relação à anterior. Hoje, os setores populares exigem sua própria educação, porque ela responde à necessidade fundamental de seu projeto histórico de libertação e pressupõe uma nova forma de produção de conhecimentos a partir da prática social do próprio povo. Este processo incorpora as grandes maiorias populares da América Latina. Este fato sócio-cultural e educativo coloca, de certa forma, nosso continente num processo irreversível de transformação social.

Quando um grupo de mulheres analfabetas pede para serem alfabetizadas, elas iniciam - no próprio aprendizado da leitura e escrita - um processo de produção de conhecimento a partir de sua prática social acerca da qual começam a refletir no próprio aprendizado. Começam a realizar um desenvolvimento de saber alternativo inerte aos processos de alfabetização de adultos. Enquanto que nos processos de pós-alfabetização, numa perspectiva de educação popular o desenvolvimento do conhecimento alternativo não só chegou a tocar os movimentos sociais, sindicatos, partidos mas também questionou a produção dos próprios intelectuais e cientistas sociais. Tudo o que na atualidade é pesquisa-ação, é uma exigência dos próprios setores populares que questionam a existência de uma investigação acadêmica que, apropriando-se em muitíssimos casos, da produção gerada a partir da prática dos setores populares, não é devolvida ao povo. Esta pesquisa-ação ou pesquisa participativa está ligada a uma produção de conhecimento em função da transformação da realidade. Trata-se da ruptura do horizonte interpretativo global da realidade que é apreendida como conhecimento produzido pelo povo a partir de sua própria prática soci

al, mediante uma metodologia determinada que lhe permite, realmente, ser sujeito desta produção de conhecimento. A grande preocupação do imperialismo diante do que-fazer ideológico gerado pela educação e pela cultura popular se dá porque ele reconhece que ali está nascendo um novo conhecimento ligado à prática de transformação social.

No entanto, me permito ressaltar que é um erro analisar a educação popular a partir dos educadores populares, exclusivamente. Estes possuem um espaço que deve ser reconhecido e valorizado, mas o mais importante é que a educação popular já foi assumida por grandes setores populares que fazem dos processos educativos uma parte inseparável, também, de sua organização como classe.

Dito isto, me permito chamar a atenção sobre o fato de que, frequentemente, o tema da educação popular e os partidos ou movimentos sociais reflete os velhos problemas entre educação, movimento e partido; o tema é tratado em base às velhas considerações sobre educação. Com frequência, os partidos, os movimentos sociais, não fazem nenhuma educação popular porque eles não possuem meios para realizá-la dentro da perspectiva que acabamos de analisar em seus aspectos metodológicos e técnicos.

Tudo isto tem a ver com o que está acontecendo no campo da cultura popular. Muito ligado ao que a Inês disse, no primeiro dia, sobre o que está acontecendo na América Latina, e sobre o aparecimento de um sujeito político dificilmente domesticável. O imperialismo sem dúvida poderá reacomodar suas estratégias e ocupar territórios, mas existe uma ruptura profunda, de tipo ideológico, que pode ser superada em parte pelo sistema e os bombardeios de todo o seu aparato de comunicação, mas que não poderá mais ser recuperada totalmente. Neste espaço é que se dá o trabalho de

educação popular. Neste sentido, tanto a favor como contra, podem cumprir papel importante, tanto os intelectuais que trabalham toda a temática da educação popular, a comunicação popular, a documentação popular, quanto os grupos de educação popular conforme sua articulação dentro desta prática. Isto se refere ao primeiro ponto levantado por Leandro sobre a apropriação do conhecimento.

Daniel: Concordo com a colocação que foi feita várias vezes sobre a transmissão de técnicas e processos de produção do conhecimento dos centros de educação popular para os movimentos populares como forma de evitar o estabelecimento de uma dependência que pode vir a ser uma nova forma de dominação. Ou seja, interpretando a problemática exposta aqui, me parece que se deve considerar também a outra vertente do assunto. É preciso se cuidar para não cair numa espécie de "basismo", de sentir-se envergonhado ou complexado pelo fato de possuir as técnicas de produção de conhecimentos. O importante não é quem as possui mas o que faz com elas.

Muitos dos que manejam atualmente as técnicas de metodologia desses espaços de geração de conhecimento são pessoas de origem pequeno-burguesa. Se passamos nosso saber ao povo temos também um setor de pessoas que manipulam essas técnicas e que deverão mudar seu ritmo de trabalho para passá-las novamente ao povo. E assim vai se criando um processo sem fim.

Parece-me que temos que reconhecer que neste momento histórico dá-se a posse de técnicas, procedimentos, e que o que importa não é tanto o que se deve passar ao povo, mas sim que o novo saber se produza.

É verdade que o saber das classes burguesas está repleto de ideologia dominante, que é um saber burguês. Temos visto também que o saber popu

lar é ambíguo, atravessado por um saber burguês a serviço de um projeto histórico de dominação. Para mim, o que importa é que, venha de onde vier o saber, dos educadores populares, dos centros de educação popular ou dos próprios movimentos, ele deve colocar-se a serviço de um projeto histórico alternativo e revolucionário. Neste sentido, pelos menos, e a partir da prática, creio que isto nos livra de muitos complexos a respeito de saber se estou manipulando ou não, e nos dá mais soltura e possibilidade de nos assumirmos dentro do processo de mudança para descobrir o papel do educador popular, o trabalho concreto para transformar a realidade econômica e social de hoje.

Leandro: Em termos gerais, acompanho a posição do Daniel. Não creio que seja necessário negar tudo o que temos e deixar de dá-lo: esta seria uma posição bastante cômoda. No entanto, existe o perigo do basismo tanto quanto o de uma fraseologia que não enriquece os setores populares.

Eu retomo esta posição das colocações da companheira Rosa quando ela dizia que os grupos fazem realmente um trabalho de educação popular, mas que estes grupos de educação popular de base precisam dos educadores populares para sistematizarem seus trabalhos.

A preocupação manifestada pela companheira Rosa me fez colocar aqui a importância da transmissão correta dos conhecimentos para que os grupos possam tornar-se independentes.

Daniel: Esse problema realmente existe. Daí a preocupação em torno da transmissão das técnicas aos setores populares ser importante por que eles estão inseridos dentro de uma problemática concreta onde essas técnicas são instrumentos de resposta.

Em outros casos, por exemplo, uns são sociólogos e possuem elementos para favorecer a criação de um espaço de análise de conjuntura. Até que ponto convém, num dado momento, fazer com que a pessoa que está realizando a análise seja sociólogo ou deva sê-lo? Creio que temos que assumir que possuímos todo um processo de formação e que este pode servir ao projeto histórico de libertação. Digo isto porque me parece que no nosso trabalho em Córdoba estamos passando por um processo de basismo...

Leandro: Eu considero que os movimentos precisam de instrumen - tos concretos a seu alcance para concretizar seus objetivos, ou seja, re cursos, dinheiro e outras coisas mais.

Álvaro: Além da colocação de Lean - dro - com a qual concordo plenamente - penso que o êxito de um processo de capacitação (seja ele am plo ou específico) depende de que os grupos populares consigam dominar não só as técnicas e instrumentos mas também os próprios processos (a metodologia) através dos quais eles se capacitaram. Isto permite duas coisas importantes:

- Um nível mais adiantado de controle sobre sua prática própria e sobre a prática dos técnicos;
- A capacidade de reproduzir e/ou recriar a capacitação, ganhando com isto um efeito multiplicador.

Só assim poderemos falar de autonomia (em oposição a dependência) não como princípio mas como meta política.

Daniel: O saber popular é o saber produzido num processo de geração que se realiza no seio do povo e do movimento popular. Nenhum saber anterior à luta pode chamar-se de popular. Tanto o saber que eu trago enquanto técnico, cientista ou especialista no que for, como o saber que

o próprio povo possui antes de repen-
sar este saber enxergam o processo de
transformação da realidade conforme
seu próprio projeto histórico. É im-
portante resgatar o que foi menciona-
do a respeito de uma relação educa-
dor-educando reflexiva: o meu saber
de sociólogo, para colocar-se a ser-
viço do movimento popular, deve ser
redefinido e recolocado desde a ba-
se, desde o próprio projeto históri-
co.

E creio que se deve dizer a mesma
coisa a respeito do saber popular di-
ante do processo de compromisso com
a transformação da realidade.

Vicente: Gostaria de falar sobre a
relação entre os educadores
populares (em termos de setores de
caráter profissional) e os setores
populares. Neste sentido, o processo
de transferência de conhecimento eu
não o entendo em termos de especializa-
ção profissional dos setores popula-
res, ou seja, no sentido de transfor-
má-los em médicos, engenheiros, etc.
Acredito, como disse o Daniel, que
sempre haverá especialistas. Includi-
ve as especializações existem dentro
dos setores populares em todos os
campos do saber popular. Por isso
mesmo, não vale a pena sentir-se cul-
pado por possuir certos conhecimen-
tos e dominar certas técnicas. Eu lo-
calizo a transferência de saber na
sua relação com o poder de partici-
pação dos setores populares nos pro-
cessos de tomada de decisões.

Por exemplo, quando planejam a
construção de um centro comunitário,
procuramos não deixar nas mãos do ar-
quiteto a decisão a respeito de como
vai ser este centro, mas deixamos a
decisão de como vai ser o centro ao
conjunto de organizações que vão ocu-
pá-lo.

Desta maneira se desenvolve um pro-
cesso de ida e volta onde o arquiteto,
neste caso age como sistematiza-
dor das necessidades que as organiza-

ções ou pessoas colocam de forma
dispersa. Assim se dá uma transferên-
cia de saber para a incorporação no
processo de tomada de decisões. Pre-
cisamente, a tomada de decisões po-
de ser o ponto de partida da manipu-
lação: não é que um saiba mais que o
outro - neste sentido concordo com a
idéia de Álvaro sobre a eficácia -
quero dizer que manipular é sempre
fácil. O problema acontece quando os
profissionais ocupam um lugar muito
importante na tomada de decisões.

No que diz respeito à origem pequeno-
-burguesa dos educadores populares,
devo confessar que estou demais preo-
cupado com a utilização deste concei-
to para referir-se aos educadores po-
pulares. Em primeiro lugar, porque
considero a educação popular como
parte dos processos populares e não
como algo que vem de fora e se im-
põe.

Eu pessoalmente não gostaria de par-
ticipar de um projeto onde não vou
chegar até o fim, onde meus interes-
ses como intelectual, como pequeno
burguês, como sociólogo não estariam
representados no projeto estratégi-
co. Por isto mantenho a idéia do ca-
ráter popular da educação e do cará-
ter popular dos projetos de liberta-
ção.

Em definitivo, o problema é como
construir um projeto popular em con-
junto, onde a gente seja parte inte-
grante dos setores populares e não
uma realidade externa.

Juan C.: Me parece que este problema
consiste em clarificar cer-
tas coisas que vemos como separadas.
Me lembro de uma espécie de represen-
tação muito simples que um amigo fa-
zia da sociedade: o mundo se divide
em duas classes, uma classe viva e
uma classe morta. A morta assim o es-
tá porque nada precisa mudar para
continuar dominando. A viva é aquela
que deve mudar tudo para que haja u-
ma transformação. Neste sentido, o

sujeito da educação popular é a classe viva, os dominados. E o lamentável é que os instrumentos (ciência, técnica) estejam do lado da classe morta, a dos dominadores. Portanto, não é basismo dizer que o saber popular pertence ao povo; é apenas reconhecer que o que eu sei é uma apropriação da ciência e técnica que está nas mãos dos poderosos, e com este saber nós nos achamos geniais. Me parece que devemos harmonizar e evitar um dualismo que nos leva a estas divisões entre o que é a base e o que são os educadores populares. Entre o saber autêntico e outros elementos que estão a serviço das classes populares.

Pedro: Recolhendo alguns elementos que foram tratados aqui, gostaria de fazer a seguinte reflexão: me parece que as duas situações as duas exposições contêm alguma verdade. A educação popular tem a ver com a situação da sociedade. A educação popular está numa etapa de sua evolução; não tem havido êxitos importantes, do contrário estaríamos tratando deles nesta reunião. Isto me parece um ponto básico. Numa sociedade como esta em que vivemos, até que ponto a educação popular pode realmente ser uma educação de massas, ou até que ponto a questão da educação popular deveria ser colocada nesta sociedade; pelo menos a médio prazo, suas perspectivas são limitadas. Esta é uma questão que deveria ser discutida. Eu não tenho a resposta.

Daniel: A respeito do que o Vicente disse, a única dúvida que eu tenho é sobre o tema da origem pequeno-burguesa dos educadores populares. Não sei quais seriam as categorias corretas para abordar o tema, mas estamos refletindo sobre o esquema em grupo; na realidade eu o vejo além dos termos utilizados. Nós temos uma formação social localizada em torno de nossos interesses - me re-

firo a meus interesses como pequeno-burguês. E enquanto pequeno-burguês, estes interesses não são os da classe viva, como Juan C. acaba de dizer. Se faço uma análise de minha situação na sociedade, não estou tão mal que tenha de pedir uma mudança radical. Não deveria interessar-me tanto para que haja uma mudança na sociedade. Portanto, me parece que o que é determinante é o fato de que não são meus interesses pessoais que me guiam e me situam neste processo, mas minha identificação com os interesses populares, que são realmente interesses de classe. Para mim isto é fundamental.

Javier: Eu pensava justamente em colocar o que o Daniel acaba de expor. O educador popular, independentemente da sua origem pequeno-burguesa, fez uma opção por interesses de classe e seu correspondente projeto histórico. A partir do momento em que ele opta, ele passa a fazer parte deste projeto. Com certeza ele vai trazer consigo uma série de defeitos e limitações ideológicas. No entanto, ele vai realizar seu trabalho em função do desenvolvimento do movimento popular. Neste sentido eu me pergunto se, quando falamos de educação popular, estamos falando de uma forma de educação ou de um método. Se falamos apenas de uma forma de educação estamos limitando sua abrangência. Se falamos em método, estamos dizendo que a educação popular é o método de criação e recriação do conhecimento dentro e a partir do movimento popular, em função da transformação da realidade e da consecução de um projeto histórico popular. Acredito que, precisamente, quando os partidos políticos utilizam a educação popular para fins de doutrinação, eles não fazem nenhuma educação popular pois não recriam nenhum conhecimento, apenas reproduzem, repetem uma interpretação da realidade, sua caracterização

partidária, etc. Desta forma, a educação popular perde suas características para tornar-se doutrinação política.

Rosa: (Dirigente Nacional da Confederação Geral de Pueblos Jovenes do Peru). Para nós do movimento popular é muito importante estarmos de alguma forma ligados a um centro de educação popular. Mas o importante é como assimilamos o que nos ensinam num centro para podermos, em seguida, agrupar pessoas em nossa volta e passar o que aprendemos. E isto é muito importante porque os povos da América Latina estão unidos pela raça, pela língua, pelos costumes, enquanto que o sistema troca as coisas, procura tirar nossos valores, as nossas coisas, e submeter-nos a outro tipo de cultura, que para nós é incultura. Além disso, procuram nos golpear... nos aplastar... quando vemos como são os métodos do poder para reprimir, assassinar, sequestrar, aniquilar nossos povos e nossos melhores filhos... Por isso queremos comunicar àqueles que se identificam com nossa causa, a força necessária para que nossos melhores filhos possam produzir esse poder que é parte do povo e exigir que a direção seja entregue a eles. Por isso é que nós chamamos de aliados essas organizações progressistas religiosas, as organizações que se dizem revolucionárias, essas organizações ou centros que de alguma forma representam essa centralização. Se não houver um eixo central, que é a centralização, não alcançaremos nada, regrediremos. O que devemos fazer para libertar nossos melhores filhos que estão na cadeia. Para poder salvá-los de onde estão sendo torturados. Muitas dessas questões fazem com que as coisas continuem piorando. Devemos continuar trabalhando para que avance esse movimento popular que emergiu em 1979 na América Latina, como o demonstrou a luta na Nicarágua, El Salvador... como poderemos hegemonizar es-

te movimento para fazer da América Latina uma só. Porque a luta na América Latina está se dando de várias formas, com métodos diferentes, mas a única coisa que nos cabe é lutar pela centralização de todas as instâncias organizativas que se encontram em nosso País e na América Latina. Trabalhar por isso, tomar tribunas se for possível. Por isso assumimos cargos mesmo sem querer ter esses cargos, porque assim pensamos servir nosso povo do qual somos parte. Sabemos que quando falamos a um setor do movimento popular, sobretudo no Encontro de Mulheres, vimos que quando lhes dissemos que a melhor escola, a melhor educação é que nós mesmas possamos tomar como bandeira nossas próprias organizações, isto nós o comprovamos e entendemos. É por isto que neste Seminário deveríamos tomar como eixo central a plena convicção de que devemos dar ao movimento popular todo o instrumental que adquirimos do saber, dar-lhe tudo, sem negar-lhe nada. Porque existem organizações que se dizem revolucionárias e que estão negando a nosso povo os instrumentos do saber necessário para que possamos dobrar este sistema de exploradores que nos arranca nossos filhos e os leva para a cadeia onde são torturados, assassinados... Peço desculpas, mas quando se sofre isto na própria carne, é impossível... hoje é sábado, deveria estar com o meu filho, mas preferir ficar com vocês, por isto esse pranto. Estou escrevendo algumas linhas para Domitila, porque penso em mulheres que como ela foram golpeadas, perderam o filho na prisão, somos muitas na América Latina a darmos tudo. Mas ficamos com raiva porque organizações que se dizem revolucionárias não se unem a nós. Sabemos bem que o sistema capitalista é forte, ele tem tudo: a imprensa... ele tem tudo, por isto submetem a nossos povos. Nós não vamos perdoar a essas organizações que dizem estar ao nosso lado e não estão. Isto é muito mais grave. Nes-

te sentido, peço desculpas porque nesta hora minha cabeça está na ca-deia onde estão nossos filhos. Uns estão esperando a visita de familiares que não vêm porque vivem longe; outros não podem ver seus familiares porque nem sequer sabem onde estão. Outros, porque não podemos dar-lhes o necessário. Por isto é que pedimos neste Seminário a unidade, a entrega... vamos trabalhar a tempo integral, não atrasemos o triunfo de nossos povos que na América Latina e no mundo inteiro estão lutando por uma sociedade justa e solidária.

Armando: Me parece que começamos a debater uma situação e não fechamos o assunto. Acho que há coisas abordadas que ficaram em aberto. A mim me parece que a reflexão que Daniel e Vicente estavam fazendo tem pontos a serem refletidos com profundidade a respeito de experiências históricas concretas.

Vicente: Em primeiro lugar, quero solidarizar-me com a raiva e a pena da Rosa e acredito que todos nós sentimos raiva e queremos que isto mude. E é com esta mesma raiva que quero reivindicar com muita veemência e com muita raiva a parte que me toca como popular. Penso que existe uma identidade cultural que de repente nem sou capaz de definir. Digamos que eu gosto de churrasco com a bacate e não gosto de sanduíches de pernil; gosto dos Beatles e não gosto de Júlio Iglesias. Uso imagens assim para dizer que uma coisa é tão popular quanto a outra. E neste sentido acredito que, não sei se entendo bem a posição do Daniel, mesmo a partir da minha posição de classe, minha estrita posição cultural, eu também tenho interesses objetivos para que isto mude. Quero dizer que no Chile hoje em dia existem 80% de arquitetos desempregados; 60% de engenheiros e também, claro, existe o desemprego na construção, operários

desempregados, há desemprego em toda parte. Daí que eu também tenho interesses objetivos na mudança. Quero construir uma sociedade melhor, quero uma Universidade de outro tipo, quero outra cultura, não quero que meu filho tenha que comer todas as merdas que eu tive que comer, e eu quero que tudo isto mude, e quero que meus interesses estejam incluídos num projeto de libertação. Acredito que este projeto deve ser tão meu quanto de todo mundo. Isto é uma posição que serve somente para incentivar uma discussão que, como disse o Armando, está aberta. Em segundo lugar, quando se fala das opções de classe da educação popular, quero saber se alguém é capaz de definir os moradores de bairros populares como uma classe.

José Maria: Reagindo às inquietudes de Armando, e à raiva que tão bem conhecemos na América Latina diante da miséria e da opressão, quero dizer que o único sabor amargo que guardaria deste encontro seria que não ficasse bem claro que nossa opção como educadores populares é para construir uma sociedade distinta e alternativa, onde os oprimidos e dominados de hoje possam realizar seu projeto histórico. Os dominados de hoje são basicamente a classe operária, os camponeses, e os setores de bairros populares, conformem ou não um movimento social, não são os únicos; existem também os setores médios, certos profissionais.

Todos nós queremos e precisamos de um projeto diferente de sociedade onde a justiça e a solidariedade com liberdade façam uma sociedade mais humana. Nós, que estamos aqui nos conhecemos bem por termos enfrentado durante muitos anos a tarefa da educação popular ou o trabalho nas organizações populares, e, por nos conhecermos, podemos estar certos de que queremos um projeto histórico al

ternativo que represente os interesses dos setores populares, daqueles que estão no campo do povo.

O que está em jogo aqui, na nossa prática e com certeza refletiu nesta segunda parte do debate, não podia ser de outra maneira porque reflete uma realidade, as nossas próprias realidades; o que está em jogo são a diversidade de caracterização do movimento de bairros e seu alcance no movimento social, a adesão a um projeto político, o problema da transição, o papel da subordinação à classe que lidera ou hegemoniza um processo de câmbio. A identificação a um projeto histórico alternativo que represente os interesses de uma classe distinta - à qual pertencemos - pode ser abordada de várias maneiras. Há quem pense que o único caminho é a "proletarização". Acredito - e algumas experiências o confirmam - que quando um pequeno-burguês e intelectual se proletariza tem mais poder para manipular a classe a que se incorporou mas à qual não pertence, nem por razões econômicas ou culturais, etc. Talvez o mais importante seja sabermos aceitar o que somos - isto é a minha experiência, pode não ser toda a verdade mas é minha prática - mas sabendo que certas opções na vida nos marcam e que devemos ser conseqüentes. Ser conseqüente significa que o educador popular (seja qual for sua classe) deve evitar reproduzir nos processos populares os mecanismos da dominação da sociedade. Não quero me prolongar mas quero reafirmar que existe aqui uma homogeneidade na busca de um projeto alternativo de sociedade. Isto é uma esperança.

Pedro: Vendo isto por outro ângulo, quando falei da situação de poder ou não chegar àquilo que nosso povo sente perante a injustiça, a repressão. E me parece que isto é o que acontece muitas vezes. Nós estamos começando a caminhar e refletir

e nesta reflexão podemos elaborar lindos projetos, saber o que é, ou não, prioritário. Muitas vezes essas prioridades se chocam com a realidade. Nós podemos por exemplo pensar que as cantinas populares não são a via mais rápida e correta. Podemos pensar que debater o tema dos direitos humanos não é o melhor caminho. No entanto, nosso povo vive a situação e responde a esta situação. Nosso povo se organiza e luta em torno desta situação e de repente nossas respostas são muito pobres em relação a estas situações concretas, que não são aparentemente prioritárias no projeto histórico mas que são prioritárias na prática do povo. Isto é para refletirmos sobre uma questão que me parece muito importante aqui. Bem além das nossas defasagens existe uma situação concreta vivida por nosso povo sul-americano. E onde nem nós, nem as distintas instâncias organizativas que se dizem vanguarda de nosso povo, somos capazes de dar uma resposta hoje em dia.

Cecília: Eu não tenho nenhuma resposta ao que se está debatendo no momento. Mas ao longo deste seminário-"taller", temos visto que somos educadores populares na medida em que trabalhamos na recriação do saber e na medida em que estamos comprometidos com os setores populares organizados. Por isto, minha proposta seria perguntar à companheira Rosa em que podemos ajudá-la, apoiá-la, seja enquanto Seminário ou pessoalmente.

Rosa: Acredito que a melhor maneira em que este seminário poderia ajudar e apoiar seria fornecendo-nos as experiências recolhidas e as conclusões a que chegamos no movimento popular. Isto nós queremos, e também que este seminário não seja apenas mais um onde vamos nos despedir e não voltar a ver-nos para saber o que conseguimos e que obstáculos encontramos.

Outra maneira de ajudar é que esteja sempre presente a solidariedade na América Latina e no mundo, fazendo conhecer o que o sistema opressor faz, os inimigos de nosso povo, já que eles são poderosos e procuram destruir para defender seus interesses. É neste sentido que a solidariedade e a união devem estar presentes permanentemente, em todo lugar, pois para nós não existem bandeiras nem fronteiras. Para nós a melhor bandeira é que estamos sempre, em todo lugar, dando nossa entrega, nosso saber, nosso compromisso e nossa vida... Devemos levar para nossas organizações o que aqui aprendemos e assimilamos, com o otimismo e alento de que elas necessitam. Quando mandam embora do trabalho nossos melhores filhos, quando os assaltam e quando impõem leis que nem eles seriam capazes de suportar, é que dizemos que há uma só maneira para que possamos nos comunicar e nos informarmos sempre; isto só será possível através de uma imprensa própria de nossos próprios comunicados, de nossas organizações. Seria o melhor meio para não nos perdermos, para não nos desarticularmos, para não nos dispersarmos. Assim, operários, camponeses, favelados e todos, junto com as organizações que estão a serviço do povo podemos estar sempre unidos, centralizados em torno de nossos objetivos.

Daniel: Já que estamos falando de solidariedade, quero dizer que respeito profundamente a raiva e a luta dos companheiros chilenos, independentemente de sua classe. Também acredito que se compartilha, e isso a nível de solidariedade entre os países, a luta dos estudantes por uma universidade melhor, a luta dos profissionais desempregados; acredito que ninguém nega isto. E diante disto quero expressar meu profundo respeito. Não sei de que maneira o fracasso de algumas situações concretas do imperialismo tem influído, e di-

ante disto quero expressar meu profundo respeito pela luta de todos os chilenos e não somente os da classe trabalhadora.

América: Viemos aqui porque todos nós respeitamos a todos e isto nos permite conhecer a realidade de outros países latinoamericanos o que vem a ser uma tentativa de formar um grande país sem fronteiras. A dor é igual em todas as partes, é a mesma para as mulheres, para os homens, para as crianças. Eu não descobri aqui sofrimentos novos. Acredito que o sofrimento é o mesmo em qualquer lugar desta bendita terra. O que me resta dizer é que se somos capazes de agüentar a mesma dor, devemos ser capazes de criar muita alegria. E isto está em nossas mãos. Ser capazes de criar um mundo novo. Acredito que isto é decisivo, que é nosso papel agora. Digo nós como povo latinoamericano.

Arturo: A única coisa que quero dizer é que na discussão sobre a questão da educação popular existe um dado novo que devemos acrescentar e que é o da solidariedade. Isto surgiu aqui de forma talvez espontânea mas deve alimentar nossa prática educativa.

Vicente: Eu quero finalizar com uma proposição. América, até seu nome, é uma homenagem ao que coloquei sobre romper fronteiras. Acredito que neste encontro começamos a romper fronteiras, a compartilhar experiências, começamos a nos conhecermos, respeitarmos-nos em nossos pontos de vista. Resto muito a conversar. Ficou a vontade de se rever, se escrever, continuar contando o que estamos fazendo, pensando e como vamos. Gostaria de fazer uma proposta: a de fazer um esforço mais orgânico para manter esta comunicação. Propenho que o CELADEC como instituição organize e centralize o debate perma-

nente de educadores populares a nível da América Latina. Imagino que este debate pode vir a assumir a forma de encontro em algum momento, mas imagino sobretudo o debate por escrito. Que os distintos educadores populares, os que conhecemos, os que podemos promover, enviem contribuições e que estas sejam distribuídas atra

vés de uma rede permanente, de maneira a continuar o debate.

Graça: Quero agradecer a todos os companheiros que tomaram parte neste debate e dos plenários, desejando que o diálogo seja fecundo e constante.

REGIONAL NORTE

Escritório de Belém

Rua Bernal do Couto nº 1329
66.000 — Belém — PA
(091) 222-0318

Escritório de Abaetetuba

Rua Siqueira Mendes, nº 1640
68.440 — Abaetetuba — PA
(091) 751-1181

Escritório de Castanhal

Rua Barão do Rio Branco nº 3098 — Sala 105-A
68.745 — Castanhal — PA
(091) 721-1836

Escritório de Santa Luzia

Av. Newton Bello nº 1032
65.390 — Santa Luzia — MA

Escritório de Santarém

Av. Curuá-Una nº 1370
68.100 — Santarém — PA
(091) 522-1764 (res. Paulo)

Escritório de São Luís

Rua das Hortas 138 — Sala 28
Centro
65.000 — São Luís — MA
(098) 221-1175

REGIONAL NORDESTE

Escritório de Recife

Rua Cedro nº 52
Casa Amarela
50.000 — Recife — PE
(081) 268-3242

Escritório de Garanhuns

Av. Júlio Brasileiro nº 1152-A
Heliópolis
55.300 — Garanhuns — PE
(081) 761-0747

Escritório de Fortaleza

Rua Justiniano Serpa nº 839
Benfica
60.000 — Fortaleza — CE
(085) 223-4056

REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório do Rio de Janeiro

Rua Senador Dantas nº 117 grupo 1518
Centro
20.031 — Rio de Janeiro — RJ
(021) 220-7198

Escritório de São Paulo

Rua Loefgren nº 1651 — casa 6
Vila Clementino
04040 — São Paulo — SP
(011) 549-3888

Escritório de Vitória

Rua General Osório 83/710
29.000 — Vitória — ES
(027) 223-7436

Escritório de Porto Alegre

Rua Gaspar Martins nº 470
90.000 — Porto Alegre — RS
(0512) 25-0787



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras 90 – ZC 01

Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134

22.270 – Rio de Janeiro (RJ)